

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCUS DA SILVA DORNELES

CONEXÕES ULTRAMARINAS

Um estudo sobre as relações mercantis entre o Brasil
e a China no contexto joanino (1802-1819)

Porto Alegre

2019

MARCUS DA SILVA DORNELES

CONEXÕES ULTRAMARINAS

Um estudo sobre as relações mercantis entre o Brasil
e a China no contexto joanino (1802-1819)

Trabalho de Conclusão apresentado para a
obtenção do título de Bacharel em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Dorneles, Marcus
Um estudo sobre as relações mercantis entre o
Brasil e a China no contexto joanino (1802-1819) /
Marcus Dorneles. -- 2020.
55 f.
Orientador: Fábio Kuhn.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Histórias Conectadas. 2. Sistema-mundo. 3.
China. 4. Período Joanino. 5. Império Português. I.
Kuhn, Fábio, orient. II. Título.

MARCUS DA SILVA DORNELES

CONEXÕES ULTRAMARINAS

Um estudo sobre as relações mercantis entre o Brasil
e a China no contexto joanino (1802-1819)

Trabalho de Conclusão apresentado para a
obtenção do título de Bacharel em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Dr. Fábio Kuhn

Profaº. Dra. Regina Weber

Profº. Dr. Jurandir Malerba

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Fábio Kuhn por ter aceitado orientar este trabalho produzido e por sempre incentivar a pesquisa com excelência e rigor acadêmico.

Agradeço aos professores Jurandir Malerba e Regina Weber por fazerem parte da banca de avaliação e contribuírem com sua sabedoria e experiência.

Agradeço à professora Carla Rodeghero que me deu a oportunidade de trabalhar com a pesquisa acadêmica desde cedo.

Agradeço às minhas colegas Alice Lampert, Maria Clara Hagen e Mariana Zuchetti por me aguentarem ao longo de quatro anos de graduação. Que a nossa amizade continue por muito tempo depois da Universidade.

Agradeço à Acácia Hagen por ter servido os *drinks* mais elegantes e por ter se demonstrado tão entusiasmada com os resultados da seleção de mestrado.

Agradeço aos meus pais que, de seu modo, contribuíram para que eu continuasse estudando mesmo em condições adversas.

Agradeço ao meu irmão que me apoiou em situações difíceis e se tornou uma das minhas companhias mais próximas.

Por fim, agradeço ao pequeno Marcus que, apesar da imaturidade, tomou a grande decisão de ter mudado os rumos de sua formação para a História. Apesar das dificuldades, foi a melhor escolha que poderia ter sido feita.

“O historiador nunca se evade do tempo da história: o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro.”

Fernand Braudel

RESUMO

Este trabalho investiga as evidências empíricas das relações mercantis envolvendo os últimos anos do Brasil colonial e a possessão portuguesa de Macau, na China, durante as primeiras décadas do século XIX. São discutidos alguns referências teóricos que instigaram esse tipo de recorte temático nas produções acadêmicas bem como um balanço historiográfico entre autores e autoras que se debruçaram sobre a questão. No que se refere à análise de fontes primárias, foram lidos documentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que atestam a chegada de embarcações macaenses aos principais portos brasileiros da época – Salvador e Rio de Janeiro – e mencionam alguns aspectos das conexões comerciais entre as duas regiões a exemplo das listas de mercadorias e de passageiros que chegaram em solo americano nesse período.

Palavras-chave: Histórias conectadas; Brasil; China; Império Português; Sistema-mundo

ABSTRACT

This research investigates the empirical evidence of mercantile relations involving the last years of Colonial Brazil and the Portuguese possession of Macao in China during the first decades of the nineteenth century. It discusses some theoretical references as well a historiographical balance between authors who dealt with the issue, such as Charles Boxer and Sanjay Subrahmanyam. Some of the primary analyzed include documents from the Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa that attest the arrival of Macanese ships and oriental products in Brazilian ports during the covered period.

Keywords: Connected histories; Brazil; China; Portuguese Empire; World-system

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- O Império Português na Perspectiva das Histórias Conectadas	13
1.1 - A Historiografia Clássica de Charles Boxer	14
1.2 - A Nova Perspectiva de Sanjay Subrahmanyam	16
1.3 - Balanço Historiográfico entre os Autores	19
1.4 - Histórias Conectadas e Sistema-mundo: a globalização na Idade Moderna	21
2 - Economia intercolonial e Sistema-mundo: o caso do Império Português	25
2.1 - O comércio entre colônias - problema ou solução?	29
2.2 - Sedas, leques e porcelanas: o comércio entre Ásia e América	31
3 - Do Oriente à América Portuguesa: o caso de Macau	34
3.1 - Um Breve Panorama sobre o Império Português do século XIX	34
3.2 - Mapas de Cargas	37
3.3 - As Manufaturas e a Necessidade de Matérias-Primas	41
3.4 - A chegada de chineses ao Brasil: indícios de uma tendência migratória?	42
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
LISTA DE FONTES	51
ANEXOS	52
<i>Anexo A - Mapa de carga do brigue Constância (1802)</i>	52
<i>Anexo B - Mapa de carga da galera Senhora da Luz (1814)</i>	53
<i>Anexo C - Mapa de carga da galera Ulisses (1819)</i>	54
<i>Anexo D – Lista de demandas para a Real Fábrica de Tecidos (1810)</i>	55
<i>Anexo E – Escrito sobre vinda de chineses no navio Tamerlão (1811)</i>	56

INTRODUÇÃO

As produções historiográficas no âmbito colonial vêm explorando nos últimos anos relações econômicas e culturais mantidas entre o Brasil sob domínio lusitano e outros territórios, como seus vizinhos de colonização espanhola e as outras possessões de Portugal que, juntas, formavam o Império Português. Grande exemplo disso é o recorte que se convencionou chamar de “Sistema Atlântico”, que é definido pelo prof. dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias:

Em boa verdade, trata-se do estudo de circuitos mercantis, de redes e de conexões ultramarinas, de indivíduos atuantes nessas esferas e, por fim, de aspectos culturais que compunham os recursos e as orientações valorativas desses mesmos indivíduos às voltas com a mercancia (MATHIAS, 2017, n.p).

Colaborações com o viés do “Sistema Atlântico” buscam resgatar conexões dos mais variados tipos que se formaram no contexto espacial do Oceano Atlântico, tendo como foco as colônias americanas e o intercâmbio com as metrópoles europeias e com os domínios africanos. Esse tipo de estudo, normalmente inspirado pelos referenciais teórico-metodológicos das histórias conectadas e dos estudos decoloniais vem se demonstrando fundamental para a elaboração de um conhecimento que recupera as raízes de diversos problemas de ordem histórica, antropológica e sociológica que mantêm seus impactos até hoje. É o caso, por exemplo, das turbulentas relações étnico-raciais na América Latina que, por séculos, foram marcadas pela exploração da mão de obra compulsória e pela migração forçada de populações africanas.

Considerando que a expansão europeia não se limitou ao âmbito do Oceano Atlântico e que esta contemplou territórios da costa oriental africana e do Extremo Oriente, o problema de pesquisa que motivou a elaboração deste trabalho de conclusão de curso se volta à possibilidade de realizar indagações semelhantes àquelas do “Sistema Atlântico” tendo como objeto de pesquisa as possessões lusitanas da Ásia. Nesse sentido, trabalhos com esse tipo de recorte tendem a ser mais escassos, especialmente se levado em consideração o fato de que o Brasil não contava com a proximidade ao Oriente pelo Oceano Pacífico, como era o caso de colônias espanholas como o México e o Peru. Por conta disso, outros fenômenos do mesmo período – como o envio de bens agrícolas e de metais preciosos à Europa – são mais facilmente observáveis.

Dada a relativa dificuldade de localizar produções acadêmicas com essa perspectiva, este trabalho propõe-se a realizar um estudo investigativo a respeito das conexões

ultramarinas que se formaram no contexto de expansão portuguesa pelos continentes, com ênfase na América e no Extremo Oriente. Foram analisadas, nesse panorama, algumas evidências das trocas comerciais ocorridas no período colonial joanino, tais como os produtos envolvidos e a circulação de mão de obra nas diferentes colônias imperiais. O recorte temporal escolhido foi focado principalmente nos anos iniciais do século XIX, em função da especificidade do período envolvendo a presença da corte real e a centralização da administração imperial no Brasil; trata-se de um período emblemático da história da expansão europeia que carrega uma série de particularidades em relação aos períodos prévios e posteriores. É importante ressaltar o fato de que não se trata de um fenômeno específico desse momento histórico; contudo, levando em consideração a disponibilidade das fontes, que estão digitalizadas e armazenadas pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, escolheu-se o respectivo recorte pelo aspecto do tempo dedicado à pesquisa e da viabilidade do projeto em questão.

Já em relação ao panorama espacial, foram pesquisados dois dos principais portos brasileiros da época – Salvador e Rio de Janeiro – e as suas relações com a possessão de Macau, na China. O porto macaense foi dotado de particularidades que certamente o tornam atraente aos estudos na área de História: sua posição geográfica possibilitou uma das primeiras relações mais diretas entre a Europa e o Sudeste Asiático e sua longínqua administração lusitana – uma vez que Macau deixou de ser parte do Império Português apenas no ano de 1999 - marcaram o início e o final de um processo de expansão marítima. As duas cidades brasileiras escolhidas, por sua vez, contemplaram uma intensa vida marítima e, por conta disso, contam com maior diversidade de relatos e de abordagens historiográficas a serem estudadas.

O capítulo inicial, intitulado “O Império Português na Perspectiva das Histórias Conectadas”, abrange algumas questões de ordem teórico-metodológica que norteiam a pesquisa que foi desenvolvida, fazendo referência aos conceitos aplicados durante a realização deste trabalho. Partindo de um balanço historiográfico entre o Charles Boxer, importante autor inglês que possui uma das obras mais completas a respeito da expansão marítima europeia, e Sanjay Subrahmanyam, um dos maiores expoentes da metodologia das Histórias Conectadas, que, entre outras questões, busca estudar as conexões entre diferentes histórias em perspectivas temporais e espaciais mais amplas, é realizada uma reflexão a respeito das contribuições de diferentes autores e autoras que permitiram a elaboração do problema de pesquisa a ser abordado.

O segundo capítulo, por sua vez, intitulado “Economia intercolonial e Sistema-mundo: o caso do Império Português”, aborda o modo com que a historiografia lidou com problemáticas envolvendo as diferentes relações entre colônias no contexto imperial lusitano. Com o auxílio de obras clássicas de importantes autores como Fernando Novais e José Roberto do Amaral Lapa, discute-se brevemente a respeito das ligações entre diferentes colônias do Império Português, especialmente aquelas que se deram entre a América Portuguesa e o Extremo Oriente. São tratados assuntos como a posição ambígua da Coroa que procurava manter o “pacto colonial” com suas possessões e o tipo de mercadoria que já foi contemplado por trabalhos acadêmicos com recorte temático semelhante ao que está sendo realizado.

O terceiro e último capítulo, chamado “Do Oriente à América Portuguesa: o caso de Macau”, sustenta-se na análise de fontes primárias envolvendo as conexões mercantis entre a colônia brasileira e a possessão de Macau, na Ásia. São analisados documentos retirados do acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que contêm mapas de cargas das embarcações que chegavam de Macau até o Brasil no início do século XIX. Com o material em questão, inicia-se uma discussão a respeito da natureza das relações desse período, bem como a influência do capitalismo nas mudanças que acabaram atingindo permanentemente o sistema colonial. Além disso, aborda-se também o peso da cultura chinesa no processo de formação da identidade cultural brasileira, buscando demonstrar, por meio da análise empírica, que esses intercâmbios foram fundamentais para as raízes sociais brasileiras.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é contemplar o que já foi desenvolvido por pesquisadores e pesquisadoras na área de História, contribuir com alguns elementos inéditos e atentar às possibilidades futuras de pesquisa. Levando-se em consideração a crescente influência da China no panorama econômico e cultural da atualidade, espera-se que este texto possa servir como um pequeno avanço no que se refere às relações entre os dois países, na medida em que se observam longínquas aproximações que tiveram um marcante impacto na construção da identidade cultural brasileira.

1- O Império Português na Perspectiva das Histórias Conectadas

No que se refere a metodologias de pesquisa que vêm ganhando força nos últimos anos, a ideia de “histórias conectadas” certamente representa uma das tendências que se fazem cada vez mais presentes nos trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras brasileiros. Trata-se de um conceito que ganhou força em meados dos anos 1990 e que tem como principal representante o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam; em sua definição, constitui-se como uma alternativa aos métodos da história comparada, popularizada no século XVIII e amplamente utilizada por acadêmicos até a primeira metade do século XX.

A grande questão colocada pelos teóricos das histórias conectadas como o ponto de divergência entre estas e a histórias comparadas se volta à necessidade de levar em consideração as particularidades regionais para uma compreensão mais profunda das conexões estabelecidas em âmbito local, nacional ou mesmo intercontinental. Nesse sentido, o trabalho do historiador que eventualmente venha a fazer uso desse referencial metodológico não pode, de forma alguma, negligenciar a circulação e o contato de diferentes culturas, uma vez que estes são justamente os elementos que servirão como base de sua análise.

Partindo dessa perspectiva, a interpretação mais contemporânea de Kalina Vanderlei Silva, doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sintetiza bem as preocupações que norteiam a definição de história conectada, ao defini-la objetivamente como:

Uma abordagem que pensa movimentos e personagens nas rotas coloniais para muito além de uma relação de submissão das colônias às metrópoles. E que, favorecendo o estudo de trajetórias individuais e da circulação de pessoas e ideias dentro de um ou mais circuitos coloniais, vira de cabeça para baixo as concepções clássicas acerca da direção única e rígida, estabelecida por um pacto colonial, entre metrópoles e colônias (SILVA, 2016, p. 9-10).

Nota-se que além da teoria mais geral, a colocação de Vanderlei Silva já contempla outro aspecto do conceito de história conectada, fundamental para este trabalho: o rompimento de uma visão eurocêntrica pautada na ideia de pacto colonial que, por sua vez, privilegia o contato entre as colônias e suas metrópoles em detrimento de outras conexões que foram estabelecidas em um mesmo período histórico. Vale lembrar que o próprio expoente dessa vertente de pesquisa, Sanjay Subrahmanyam, foi autor de importantes livros que revisitaram as experiências coloniais dos portugueses no Oriente, como “O império asiático português”, de 1995, e “A carreira e a lenda de Vasco da Gama”, publicado em 1998. Nessas

obras, o autor procurou questionar a hegemonia europeia durante os séculos XVI e XVIII e privilegiar as particularidades locais que levaram a situações de dominação ou de resistência.

Entretanto, para compreender a maneira com que Subrahmanyam chegou a esse entendimento e, conseqüentemente, de que forma a visão dele rompe com o que estava sendo produzido, seria necessário, antes, revisitar as contribuições de obras clássicas sobre o mesmo objeto de estudo. Para tanto, iniciarei um pequeno balanço historiográfico tomando como ponto de partida as colocações de Charles Boxer, importante historiador britânico que construiu um amplo acervo a respeito do Império Português e de suas experiências de colonização nas Américas, na África e no Extremo Oriente. Dentre as obras selecionadas para essa etapa da pesquisa, destaco a utilização dos livros “Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the History of Macao”, publicado em 1948 sem tradução para a língua portuguesa até o momento, e “O Império Marítimo Português”, de 1969.

1.1 - A Historiografia Clássica de Charles Boxer

Charles Boxer é uma referência bastante utilizada por acadêmicos que investigam a expansão marítima europeia nos mares orientais. Em sua última obra publicada, “O Império Marítimo Português”, ele sintetiza os resultados de suas pesquisas em dois capítulos intitulados “A Navegação e as Especiarias nos Mares da Ásia” e “As Frotas da Índia e As Frotas do Brasil” e reúne informações bastante ricas a respeito da colonização portuguesa durante o século XVI. Iniciando pelo processo de domínio da costa oriental da África até a colonização de Goa, no subcontinente indiano, o autor relata um processo violento protagonizado por navegadores lusitanos: ao contrário dos reinos muçulmanos que estabeleceram o comércio marítimo com métodos relativamente pacíficos, os europeus partiram rapidamente para os confrontos bélicos, aproveitando-se, segundo o autor, de sua superioridade na artilharia naval. Favorecendo-se das disputas internas existentes entre os reinos orientais, dos saques às regiões dominadas e de um espírito cruzadista contra as religiões estabelecidas¹ - especialmente o Islã - Portugal teria estabelecido controle sobre o Oceano Índico e o Golfo Pérsico, com exceção apenas do Mar Vermelho, onde não conseguiram conquistar uma hegemonia duradoura.

¹ É importante ressaltar que esta é a visão do autor sobre o tema em questão, ancorada particularmente nas interpretações de K. M. Panikkar a respeito do processo de dominação europeia na Ásia. Leituras mais contemporâneas, por outro lado, tendem a considerar essa leitura datada.

Quando tentaram aplicar os mesmos métodos no Mar da China Meridional, no entanto, os portugueses foram derrotados pelas frotas chinesas em 1521 e 1522, mesmo após a desistência da expansão político-marítima por parte da dinastia Ming. Boxer afirma que as causas para essa mudança de conduta não são exatamente claras, mas salienta que os ataques de piratas japoneses na costa oriental e a permanente ameaça dos mongóis e dos manchus na fronteira do norte certamente contribuíram para o isolacionismo chinês. Quando Portugal conseguiu estabelecer comércio com os chineses, o autor relata que o fizeram nos termos do governo local, sendo submetidos ao decoro das autoridades e ao pagamento de impostos. Charles Boxer não entra em detalhes sobre como se deu esse estabelecimento, mas é possível inferir que o historiador britânico esteja se referindo à versão mais tradicional da historiografia em que o Império Ming teria o autorizado em 1557 depois do auxílio naval contra piratas do Japão. Esse relato, no entanto, não é unânime, uma vez que outras interpretações, como as de Anders Ljungstedt, famoso mercador sueco, voltam-se à possibilidade de que os portugueses só conseguiram se estabelecer por meio de subornos e de concessões.

Nesse panorama, as contribuições de Boxer são bastante relevantes pelo elevado grau de detalhamento a respeito de informações que ainda carecem de estudos mais especializados em âmbito nacional. Apesar de ser fruto de uma pesquisa realizada na primeira metade do século passado, tendo como autor um estudioso europeu, os registros já indicam certo grau de sensibilidade voltado a questões como a necessidade de se estudar a trajetória na costa africana antes de chegar aos mares da Ásia propriamente ditos, o rompimento de uma tradição relativamente pacífica de comércio em prol de investidas extremamente violentas por parte dos portugueses e a capacidade de resistência das populações e dos governos locais contra as tentativas de colonização - especialmente o caso chinês, que, como visto anteriormente, resultou em dois fracassos decisivos para o Império Português.

Outro aspecto de particular relevância para essa pesquisa em questão é a possibilidade que o autor abre de uma leitura que contemple, em conjunto, o comércio que teria se estendido do Extremo Oriente ao Brasil com as iniciativas de colonização por parte dos portugueses. Em determinada passagem de seu texto sobre a navegação nos mares asiáticos, Boxer dá alguns indícios a respeito de vias comerciais marítimas interligadas entre a América Portuguesa e o Japão:

Para permitir que estas vias de comércio marítimo funcionassem sem problemas do Brasil ao Japão, os Portugueses precisavam de um elevado número de homens e de

navios, mas, inevitavelmente, dispunham apenas de uma pequena provisão, tanto de homens como de navios (BOXER, 2008, p. 66).

Nesse trecho, Charles Boxer volta-se às dificuldades encontradas por Portugal para consolidar efetivamente a sua presença nos domínios imperiais, que eram esparsos e distantes entre si. O autor sustenta sua argumentação em dois fatores: a população que seria insuficiente para povoar as colônias sem que houvesse prejuízo na mão de obra disponível na metrópole e a quantidade de barcos que, apesar de ser razoável para um território pequeno, tornava muito difícil a possibilidade de se realizar viagens constantes e bem-abastecidas. Nesse sentido, os portugueses procuraram contornar essas adversidades de diversas formas possíveis, incluindo a introdução de navegadores de outras etnias - chegando ao ponto de tornar minoritária a presença de viajantes europeus em determinado momento nos barcos - e a reutilização de naus em diferentes rotas de comércio.

O que torna a colocação feita pelo historiador inglês interessante para a pesquisa que está sendo desenvolvida é a possibilidade de se pensar em vias de comércio marítimo que funcionaram do Brasil ao Japão. O autor atenta à existência de um circuito comercial protagonizado pelos portugueses capaz de conectar Ocidente e Oriente, embora não desenvolva com mais detalhes a seguinte afirmação neste capítulo em questão. Contudo, as soluções encontradas por Boxer para o problema de falta de população e de recursos para as viagens marítimas já permitem uma leitura - mesmo que se limite ao âmbito da suposição - acerca de ligações entre os extremos do Império, uma vez que, se em algum momento fora necessário contar com uma tripulação mais diversa, infere-se que boa parte desses navegantes era de procedência americana e/ou asiática.

A existência dessas rotas bem como os produtos envolvidos nesse intercâmbio comercial será investigada com maiores detalhes no próximo capítulo deste trabalho, focado nas circunstâncias do comércio intercolonial que se estabeleceu a partir do século XVI. Essa etapa da pesquisa contemplará produções posteriores como as de José Roberto do Amaral Lapa em “A Bahia e a Carreira da Índia” e Pedro Antônio Vieira, que realizaram análises com bases mais empíricas e tangíveis ao problema exposto anteriormente por Charles Boxer.

1.2 - A Nova Perspectiva de Sanjay Subrahmanyam

Um aspecto da divergência existente entre Charles Boxer e Sanjay Subrahmanyam já se evidencia na própria estrutura dos textos: enquanto Boxer centra a sua análise no fenômeno de chegada dos portugueses e de suas iniciativas de colonização, Subrahmanyam não coloca

os europeus em primeiro plano até, pelo menos, o início do segundo capítulo de seu livro, “O Império Português na Ásia”. Antes de chegar no seu objeto de pesquisa propriamente dito, o autor indiano dedica-se a realizar uma detalhada leitura a respeito dos aspectos políticos e sociais que caracterizava a Ásia no século XVI. Contemplando desde dados populacionais relativos ao Império Ming até explicações a respeito de processos históricos que ocorriam no período, como a guerra civil japonesa que fragmentou o poder político no arquipélago nipônico, é notável a importância que se dá aos aspectos internos das sociedades asiáticas.

Considerando os pressupostos de sua própria metodologia das “histórias conectadas”, infere-se que a intenção de Subrahmanyam ao realizar uma análise de conjuntura antes de iniciar suas observações a respeito da colonização portuguesa no Extremo Oriente é demonstrar que, se houve de fato um êxito europeu no que tange ao domínio dessas regiões, este se deu em função de uma série de especificidades históricas que possivelmente não seriam tão favoráveis em outro período. Nesse sentido, questões como a fragmentação política existente no subcontinente indiano entre reinos hindus e muçulmanos, por exemplo, são bastante enfatizadas e adquirem uma posição central em sua argumentação. Dessa forma, o escritor questiona aspectos como a suposta superioridade bélica dos europeus que até então eram naturalizados pela historiografia.

Ainda assim, a existência de um império coeso é bastante questionada pelo autor: ao contrário da interpretação de Panikkar, por exemplo, que já atribui à modernidade² o momento de virada econômica e cultural da Europa em relação ao Oriente e que inclusive serviu de base para Charles Boxer, Sanjay Subrahmanyam tende a considerar que a chegada de portugueses e, posteriormente, espanhóis e holandeses ao continente asiático não fora suficiente para excepcionalmente reorganizar as dinâmicas geopolíticas que ocorriam na região. Pelo menos, não da mesma forma como ocorreu em meados do século XIX, em que o imperialismo britânico - e, em menor escala, o francês, o estadunidense e o alemão - destruiu as estruturas políticas e sociais de impérios milenares, como o Império Chinês, e subjugou regiões inteiras, a exemplo do subcontinente indiano, aos seus interesses particulares. Nesse panorama, outros autores, ligados a uma historiografia mais recente, tendem a compartilhar dessa mesma perspectiva, como é o caso do historiador alemão Jürgen Osterhammel, que analisa com detalhes os processos revolucionários que se desenrolaram em função da

² Cabe destacar aqui o uso do conceito de “modernidade” como sinônimo de “Idade Moderna”, ou seja, como período específico da História Ocidental que é normalmente inserido entre a queda de Constantinopla em 1453 e a eclosão da Revolução Francesa em 1789.

presença europeia na Ásia. Grandes Exemplos, segundo Osterhammel (2015), incluem a sangrenta Rebelião de Taiping, na China, e a conturbada Revolta dos Cipayos, na Índia.

É importante ressaltar, no entanto, que não se trata de forma alguma de uma negligência às mazelas deixadas como legado do colonialismo português: o autor deixa claro que, embora cenários como o chinês e o japonês constituam exemplos de resistência, as experiências em outras regiões como Goa, Malaca e Timor Leste foram marcadas por brutal violência contra a população e o patrimônio local. O caso português do século XVI, nesse sentido, deve ser analisado com maior grau de complexidade; ainda que exista um evidente contraponto com as interpretações mais nacionalistas por parte da literatura que se desenvolveu com base no Império Português³, não se trata de uma completa negação dos empreendimentos protagonizados pelos portugueses nos mares asiáticos, tampouco de um menosprezo às consequências da colonização nos territórios asiáticos.

Nesse sentido, é interessante destacar a importância dos estudos no âmbito da linguística, que vêm explorando as ligações que se deram entre asiáticos e europeus e que se manifestam no idioma. Um dos casos mais evidentes é o empréstimo de palavras de origem portuguesas à língua japonesa: de acordo com Bossong (2003), vocábulos como “álcool” e “vidro” se tornaram “arukōru” (em katakana⁴: アルコール) e “biidoro” (em katakana: ビードロ), respectivamente. Outro exemplo volta-se à adoção de léxico estrangeiro no vocabulário europeu: segundo Ferreira (1999), termos como “canja” teriam origem no malaiala, “kañji”, e significavam “sopa de arroz”. Esses fenômenos constituem, nesse contexto, pequenos exemplos de caráter mais empírico do intercâmbio cultural que teria se iniciado com a expansão marítima europeia no panorama da modernidade.

Assim sendo, a visão de Subrahmanyam sintetiza-se no capítulo final de seu livro, em que o autor encerra a sua argumentação da seguinte forma:

Aí reside o principal argumento argumentativo deste livro, que tem sido sugerir que o empreendimento comercial e imperial português na Ásia evoluiu bastante em seu caráter entre 1500 e 1700, e que essa evolução foi o resultado da interação de mudanças não apenas na metrópole, mas em outros lugares - seja no leste da Ásia, na África ou na América do Sul. Se, às vezes, fatores locais da Ásia determinavam sua natureza, outras vezes eram meramente acomodativos; pois, assim como o aumento da produção de metais preciosos japoneses era autônomo de eventos em Portugal, os motivos da Contra-Reforma Europeia tinham pouco ou nada a ver, falando causalmente, com o Japão. No entanto, sem a Companhia de Jesus e sem a

³ O autor utiliza como exemplo as produções de Fernando Pessoa e Luís de Camões que, segundo ele, ilustram bem a tendência de exaltar uma suposta grandiosidade do Império Português presente na literatura do país lusitano.

⁴ “Katakana” é o alfabeto utilizado no Japão específico para vocábulos de origem estrangeira, principalmente ocidental.

prata japonesa, a história dos portugueses na Ásia teria sido bem diferente nos séculos XVI e XVII; e, na análise final, os jesuítas e a prata japonesa passaram a ter uma interação histórica complexa e simbiótica. Nesse sentido, as questões com que lidamos não são específicas da história de Portugal e da Europa, nem da Ásia (SUBRAHMANYAM, 2016, p. 293).

Sanjay Subrahmanyam coloca-se menos interessado em uma narrativa de vitoriosos e de derrotados, ou de dominantes e subjugados. Sua contribuição atenta às especificidades de um período histórico e à possibilidade de relativização no que tange a interpretações que até os dias de hoje não chegaram a um consenso. Nesse sentido, da mesma forma em que é possível reconhecer a relevância que teve a expansão marítima portuguesa para a(s) história(s) oriental(is), é plausível admitir a autonomia com que se deram alguns fenômenos históricos do mesmo período.

Adicionalmente, o autor demonstra-se ainda mais sensível no que tange ao resultado das interações entre a metrópole e suas colônias para outros territórios que também estariam inseridos no contexto de expansão imperial. Para Subrahmanyam, os acontecimentos que se desenvolveram na China, por exemplo, não se limitam à relação com a metrópole portuguesa, mas acabam reverberando em outras regiões do Império Português, como a África e a América. Esse aspecto de seu trabalho será explorado com mais detalhes no desenvolvimento desta pesquisa.

1.3 - Balanço Historiográfico entre os Autores

A partir da pequena reflexão a respeito da contribuição de Boxer e de Subrahmanyam para a historiografia acerca do Império Português, percebe-se alguns pontos que aproximam e separam os autores. Charles Boxer, como historiador ocidental da primeira metade do século XX, escreve seu texto com uma perspectiva ainda baseada na narrativa dos “grandes feitos” portugueses; o autor consegue apontar algumas das dificuldades enfrentadas por europeus - especialmente a falta de recursos navais e humanos -, mas não chega a questionar a existência ou não de um império ultramarino.

Nessa lógica, poderia afirmar-se que se trata de uma leitura com traços eurocêntricos de um fenômeno ainda sensível aos países que sofrem - em maior ou menor grau - até hoje com as consequências da colonização. Ainda assim, Boxer já possui características surpreendentes, levando em consideração o contexto em que se escreveram suas obras e a alcunha de “historiador conservador” que lhe foi dada posteriormente. Como mencionado anteriormente, o estudioso inglês já possui sensibilidade à violência com que se empreendeu a

expansão marítima europeia, afirmando categoricamente a ruptura de uma tradição relativamente pacífica que havia se estabelecido no comércio marítimo da época e rompendo com o mito do “bom colonizador” que, de certa forma, enraizou-se nas narrativas ocidentais - particularmente as europeias. Além disso, o alto grau de detalhes que seus livros carregam ainda é um fator que faz com que muitos pesquisadores e pesquisadores voltem ao seu acervo para conduzir os seus trabalhos. Charles Boxer oferece um grande conjunto de dados e datas que acabam se tornando muito útil como referência à pesquisa histórica e, dada a relativa facilidade com que é possível ter acesso a esse material em língua portuguesa, difícil de ser completamente ignorado.

Sanjay Subrahmanyam, por outro lado, explora com mais detalhes o contexto asiático dos séculos XVI e XVII. Antes de analisar o fenômeno histórico proposto em seu livro, o autor indiano trabalha com diversos aspectos das sociedades asiáticas, incluindo dados populacionais, conjunturas políticas e relações a nível regional. Os portugueses, nesse panorama, não são os protagonistas de sua narrativa até, pelo menos, o segundo capítulo de seu livro, em que ele passa a explorar, de fato, o processo de expansão marítima europeia.

Para Subrahmanyam, é importante questionar até que ponto é possível trabalhar com a perspectiva de um grande império ultramarino, que teria se estendido da América até o Extremo Oriente. Sua argumentação centra-se em dois aspectos: as limitações que caracterizaram a colonização na Ásia e a especificidade do período histórico em que se encontrava o continente. Nesse sentido, o autor releva circunstâncias como a brevidade de alguns domínios - que sucumbiram em pouco mais de um século -, as experiências de resistência, a exemplo dos limites impostos pelas autoridades chinesas na região de Macau, e a fraqueza do império frente a outras forças imperiais, como os espanhóis nas Filipinas e os Holandeses na Indonésia. Além disso, percebe-se em sua obra a necessidade que ele aponta de se considerar os processos que se desencadeavam anteriormente e durante à chegada dos europeus ao Oriente, retomando o protagonismo que foi negado ou negligenciado das populações locais que viviam nessas regiões. A perspectiva de Sanjay Subrahmanyam é essencial para colocar em evidência circunstâncias que não eram exclusivas à metrópole portuguesa, mas que eram fruto das relações estabelecidas entre diferentes povos que também fizeram parte da rede de conexões que se estabeleceram nesse período.

É interessante visualizar também como diversos aspectos das duas obras não se negam entre si: Boxer já afirmava, por exemplo, que a fragmentação política no subcontinente asiático havia sido fundamental para o sucesso dos portugueses na região. O que muda é a perspectiva e o peso que se dá a essas circunstâncias históricas; Sanjay Subrahmanyam, nesse

sentido, tende a ser mais enfático aos fenômenos específicos dos séculos XVI e XVII e coloca em xeque alguns aspectos que anos atrás não eram questionados com tanta veemência como é feito pela historiografia que se produziu após as suas produções.

Essa mudança de foco parece algo relativamente simples para a atualidade, mas permitiu que uma nova tradição historiográfica se consolidasse no âmbito dos estudos coloniais. As colocações teóricas feitas por Subrahmanyam a respeito das histórias conectadas colocaram em primeiro plano elementos que até então eram pouco explorados pela historiografia tradicional⁵, incluindo, nesse espectro, as relações intercoloniais - que serão o foco deste trabalho - e o intercâmbio que se formou entre povos que acabaram se envolvendo com a colonização.

1.4 - Histórias Conectadas e Sistema-mundo: a globalização na Idade Moderna

No subcapítulo anterior, foi realizado um pequeno balanço historiográfico a respeito das obras de Boxer e de Subrahmanyam e de como suas diferentes perspectivas contribuíram para os estudos no âmbito do Império Português como um todo, especialmente no que tange à elaboração do conceito de “histórias conectadas” e à forma com que ele contribuiu para novas abordagens de pesquisa. Nesta parte do trabalho será analisado um fenômeno que justamente se tornou mais contemplado desde as colocações teóricas de Subrahmanyam: a economia intercolonial e o processo de aproximação dos povos na modernidade.

É importante ressaltar que, ao se falar de relações entre colônias, sejam elas de natureza cultural ou econômica, não se trata de um assunto completamente negligenciado pela historiografia anterior às Histórias Conectadas. Como visto anteriormente, tanto Charles Boxer quanto autores contemporâneos a ele já deram indícios a respeito da existência dessas trocas que muitas vezes aconteciam sem ter algum tipo de relação direta com a Coroa. O que muda a partir da década de 1990 até os dias de hoje é o peso que se dá a esse intercâmbio nas pesquisas acadêmicas: com a ascensão de metodologias que privilegiam as diferentes rotas coloniais e seus principais atores para além da relação entre colônia e metrópole, o interesse pelo protagonismo dos povos nas Américas, na África e na Ásia nesse contexto de mundialização que se iniciou na modernidade se tornou um norteador de muitas pesquisas.

⁵ Ao fazer uso do termo “historiografia tradicional”, ressalto que não se trata de um juízo de valor negativo sobre as obras clássicas da primeira metade do século XX no sentido de que se tratam de contribuições ultrapassadas ou “piores” àquelas feitas posteriormente. A utilização dessas palavras refere-se ao mero fato de que as obras estão inseridas em um contexto em que era predominante um tipo de perspectiva que já não é mais tão trabalhada nos dias de hoje.

Nesse sentido, atento especialmente ao uso da palavra “metodologias” no plural, uma vez que não se trata de uma tendência única e exclusivamente creditada à consolidação da teoria das histórias conectadas. Na mesma década em que Sanjay Subrahmanyam publicou suas obras, outros autores também faziam importantes contribuições no espectro teórico das ciências humanas, a exemplo do historiador francês Serge Gruzinski e do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. Esses estudiosos dedicaram seus estudos à análise do fenômeno de expansão europeia e de como esse processo desencadeou uma série de transformações nas regiões colonizadas e nas relações entre os continentes, tanto no âmbito cultural - como é o caso de Gruzinski - quanto na esfera econômica - que é o foco de Wallerstein.

Iniciando por Gruzinski, trata-se de um autor inserido nas tendências da “história das mentalidades”, que, em curtas palavras, refere-se à metodologia que foca nas maneiras de sentir e de pensar dos indivíduos de um mesmo período histórico. Sua especialização contempla majoritariamente a história do México, especialmente no que tange aos fenômenos de mestiçagem e ao intercâmbio cultural que se deu entre nativos e colonizadores espanhóis durante a modernidade, mas suas obras contemplam uma diversidade de regiões não só da América Latina como também do norte da África e do Império Otomano. Alguns de seus livros traduzidos para a língua portuguesa como “Que horas são... Lá do Outro Lado?” e “As Quatro Partes do Mundo” mostram como a expansão marítima europeia iniciou um processo de dominação de ambientes até então desconhecidos pelos navegantes do Velho Continente a partir do confronto de formas de poder e de pensamento completamente estranhas aos povos que viviam nesses locais. O resultado disso seria, segundo Gruzinski, uma simultaneidade de fenômenos de aculturação e de resistência das tradições que perduraram ao longo de séculos marcados pela mestiçagem, pela ocidentalização de sociedades e, finalmente, pela globalização.

O autor sintetiza sua visão a respeito do fenômeno que chama de “mundialização” logo no prólogo de seu livro, “As quatro partes do mundo”, em que defende a teoria de que as relações internacionais que conhecemos hoje em dia são fruto de dinâmicas que já ocorriam na modernidade; estas, por sua vez, que muitas vezes envolviam personagens até então renegadas pela historiografia, como os povos nativos das Américas e da Ásia:

[...] ela remete a etapas mais antigas que concernem, ao mesmo tempo, à Europa, à África, à Ásia e à América. A mundialização teria conhecido precedentes em épocas e regiões que se tem demasiada tendência a ignorar? Para recuar nesse tempo, que aflora por todo lado [...] algumas ideias simples: abordar a mundialização partindo do México, do Brasil, das costas da Índia ou da África; descentrar o olhar esforçando-se

para vencer as armadilhas do etnocentrismo; interrogar os atores desses fenômenos planetários; enfim, recolocar juntas regiões, seres, visões e imaginários que o tempo separou. Em resumo, mostrar que a história permanece uma maravilhosa caixa de ferramentas para compreender o que está em jogo, há vários séculos, entre ocidentalização, mestiçagem e mundialização (GRUZINSKI, 2014, p. 20-21).

Ainda que a abordagem de Gruzinski seja muito aplicada no campo cultural, suas contribuições ajudam a pensar a respeito dessas relações entre diferentes regiões que até então não eram normalmente analisadas em conjunto. As colocações teórico-metodológicas feitas pelo autor servem de inspiração para muitos trabalhos que se dedicam a analisar relações das mais variadas naturezas entre as colônias dos impérios modernos, sobretudo aquelas inseridas em um espectro que foge do conceito de “pacto colonial” e, conseqüentemente, de uma visão demasiadamente ancorada no papel dos europeus nesse processo de aproximação dos povos.

O segundo autor mencionado, relativamente distante de Gruzinski ou até mesmo de Subrahmanyam, é Immanuel Wallerstein, sociólogo ligado às teorias marxistas que se desenvolveram a partir de 1970. Seu principal legado está nas colocações do que chamou de “Teoria do sistema-mundo”, que, em curtas palavras, refere-se às colocações no âmbito da economia política e das relações internacionais que buscam explicar a divisão internacional do trabalho a partir das relações desiguais que foram sendo construídas entre os países durante o avanço capitalista. Sua teoria pode ser interpretada como uma continuação da “Teoria da dependência”, cuja definição pode ser apreendida como uma formulação teórica também de orientação marxista que busca refletir sobre como que as nações desenvolvidas reproduzem e perpetuam a desigualdade em regiões menos favorecidas, como a América Latina.

É válido ressaltar que o termo “sistema-mundo” ou “economia-mundo”, no entanto, não é de autoria de Wallerstein, mas já fora utilizado por Fernand Braudel, historiador francês vinculado à Escola dos Annales. Braudel utilizou esse conceito em suas obras para caracterizar a divisão internacional do trabalho em escala mundial, responsável pela integração de vários sistemas culturais de diferentes povos em um único sistema econômico interligado. Segundo Braudel (1987), as relações que se formam em uma economia-mundo não se restringem apenas ao caráter dos vínculos entre sociedades, mas determinam a própria natureza destas. Nesse contexto, Estados com maior poder militar e econômico formavam o “centro”, na mesma medida em que aqueles que contavam com menores capacidades bélicas ou econômicas iam se afastando dessa posição central.

Wallerstein, nesse sentido, apropriou-se do conceito trabalhado por Braudel e deu-lhe um caráter mais objetivo, ao defini-lo da seguinte forma em sua obra “O Sistema Mundial Moderno”:

É um sistema mundial [...] maior que qualquer unidade política juridicamente definida [...] cujo vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, ainda que seja reforçado em certa medida por vínculos culturais e eventualmente [...] por arranjos políticos e inclusive estruturas confederais (WALLERSTEIN, 1979, p. 21).

A grande contribuição do sociólogo está na forma com que ele inseriu o conceito em um tempo e em um espaço definido: para Wallerstein, a origem do sistema-mundo poderia ser identificada na Europa e na América do século XVI. Rejeitando noções como “terceiro-mundo”, que estavam em voga na época em que publicou suas obras, o autor argumentou a respeito da existência de um único “mundo” que se uniu em um complexo sistema de trocas econômicas. Nesse sentido, a acumulação de capital europeia desencadeou um processo de expansão que se aproximou do sistema global de trocas econômicas existente nos dias de hoje.

A teoria de Wallerstein é bastante relevante para este trabalho de pesquisa em questão justamente por abordar a natureza econômica das relações internacionais que se consolidaram com o advento do capitalismo. No entanto, o referencial distanciar-se-á do eixo Europa-América para contemplar as dinâmicas que existiam entre periferias, como é o caso da América e da Ásia lusitanas, ou entre periferias e semiperiferia - levando em consideração que Portugal não teve um acúmulo de capital como ocorreu na Inglaterra ou na França e, nesse panorama, estaria relativamente distante do centro desse sistema-mundo em questão. O intuito desse deslocamento reside principalmente na tentativa de recuperar o protagonismo dessas regiões no processo de formação e de consolidação das dinâmicas econômicas que vieram a ocorrer em séculos posteriores.

2 - Economia intercolonial e Sistema-mundo: o caso do Império Português

Exploradas as bases teóricas que justificam um trabalho voltado à investigação das ligações existentes entre o Brasil colonial e o Extremo Oriente, ainda é preciso demonstrar quais são as evidências historiográficas e empíricas de que houve de fato um intercâmbio entre essas duas regiões. Como visto anteriormente, Charles Boxer já deu alguns indícios de que poderia haver uma conexão consolidada desde o século XVII como forma de contornar as limitações do Império, a exemplo da falta de contingente populacional para povoar as colônias e da escassez de recursos destinados aos empreendimentos navais, como matéria prima para a construção de navios. Entretanto, o autor não se dedicou a realizar uma análise mais detalhada desse fenômeno e boa parte de suas conclusões se restringem ao campo da suposição e das possibilidades.

Surpreendentemente, um ano antes da divulgação de “O Império Marítimo Português”, o pesquisador brasileiro José Roberto do Amaral Lapa publicou a sua obra “A Bahia e a Carreira da Índia”, em que se dedica a analisar o comércio que teria se desenvolvido entre Salvador e as diversas possessões lusitanas no norte da África, no subcontinente indiano e no sudeste asiático. Segundo o autor, o Brasil já teria sido integrado ao Império por interesses de ordem política e militar, apesar da posição paradoxal por parte da Coroa no que tange às disposições legais sobre essas relações. Lapa trabalha com a tese de que Salvador já teria se projetado como porto de escala para a “Carreira da Índia⁶” a partir da segunda metade do século XVI, quando a marinha portuguesa começou a demonstrar sinais claros de decadência.

Os fatores que teriam contribuído para ascensão de Salvador a nível global são bastante diversos e abrangem principalmente questões de natureza geográfica. Alguns incluem: o fato da cidade ser a cabeça política e administrativa da colônia americana, o bom ancoradouro do porto, a proximidade com o litoral lusitano, a facilidade de contato com reinos africanos, sua participação na exportação de produtos primários, a facilidade de abastecimento dos navios e a abundância de matérias primas. Segundo o autor, no ano de 1796, Salvador já ocupa o primeiro lugar entre todos os portos do Império Português como principal importador e exportador de produtos no comércio ultramarino, o que demonstraria

⁶ “Carreira da Índia” é o termo que se refere à rota comercial que se estendia de Lisboa a Goa. No entanto, apesar do nome se referir apenas a Portugal e à Índia, a rota, segundo o Lapa, contemplava uma multiplicidade de regiões, incluindo o Brasil e o norte da África.

uma liderança “inquestionável” brasileira no que tange às relações com outras colônias lusitanas.

É interessante notar o modo com que os “sinais de decadência” que foram sendo demonstrados pela marinha portuguesa segundo Lapa vão ao encontro de colocações feitas por Charles Boxer. No capítulo “A Carreira do Brasil e a Carreira da Índia” de seu livro “O Império Marítimo Português”, o historiador britânico disserta a respeito das diferentes rotas marítimas estabelecidas pelas relações entre a metrópole portuguesa e as suas colônias na América, na África e na Ásia. Diferentemente de Lapa, no entanto, que defende a ascensão de Salvador no comércio intercontinental como importante porto de escala e de escoamento de produtos advindos das colônias africanas e asiáticas desde o século XVII, ainda nos primórdios da expansão lusitana, o autor afirma que os trajetos até o Brasil e a Índia dificilmente se misturavam, mas que havia de fato um intercâmbio em algumas ocasiões específicas. E as possíveis razões para esse fenômeno são as mesmas que foram mencionadas no capítulo anterior deste trabalho: as dificuldades de manter um contingente populacional capaz de povoar todas as possessões imperiais e uma frota naval de boa qualidade levou a Coroa a explorar alternativas, como o uso de marinheiros estrangeiros e de recursos das colônias americanas.

Já outro ponto de convergência entre os autores também se volta à postura “paradoxal” por parte do governo de Portugal no que tange ao estímulo e às limitações impostas nesse cenário de comércio marítimo. Se por um lado as ligações entre o Brasil e outras colônias sob o domínio português davam vitalidade às dinâmicas econômicas do império como um todo, por outro fomentava atividades de contrabando que muitas vezes significavam um prejuízo significativo à Coroa que procurava trabalhar com o consumo exclusivo de artigos lusitanos nas suas colônias. Assim sendo, as autoridades portuguesas tentaram reforçar a relação de “pacto colonial” como forma de garantir o monopólio régio, mas os efeitos práticos das proibições impostas, segundo Lapa, teriam sido negligenciados inúmeras vezes pelos navegantes e até mesmo pelas autoridades locais.

O que torna original a argumentação de Lapa, em sua linha de análise, é a forma com que ele atribui um grau de independência por parte dos navegantes e da colônia brasileira se comparado com a historiografia de Boxer, que parece dar muito mais peso às restrições impostas pelo governo de Portugal. As colocações do historiador brasileiro permitem a leitura de um grande fenômeno que não ocorria “em função” da metrópole e de seus objetivos, mas “apesar” dela:

Assim, esse escalamento das embarcações da Índia em portos brasileiros, fez-se em grande parte sob regime de interdição, isto é, transgredindo as ordens que então vigoravam. Tal situação ligada ao monopólio régio foi evidentemente um dos fatores da opressão comercial com que a Colônia lutou em caráter permanente. [...] Nas disposições reais que encerram os textos de meados do século XVI notamos [...] a preocupação de se evitar mesmo o recurso à escala, só permitido em casos de extrema e comprovada necessidade, como foi, por exemplo, [...] o da nau São Francisco, capitaneada por Vasco da Fonseca, que partiu do Tejo a 10 de abril de 1596 (LAPA, 1968, p. 1).

Com as informações expostas pelos autores, é possível concluir que houve de fato um intercâmbio entre as colônias portuguesas durante os séculos de expansão marítima. Ainda que haja uma divergência no que se refere à frequência desse tipo de relação e ao peso das restrições impostas pela Coroa com o intuito de reforçar o “pacto colonial”, tanto Boxer quanto Lapa oferecem as bases historiográficas que permitem reflexões a respeito desse fenômeno. Dito isso, o próximo passo consistiria na investigação a respeito de quais eram os produtos envolvidos nessas rotas marítimas que conectavam América e Ásia. A grande questão, no entanto, é que ambos historiadores atentam à prática de contrabando como principal forma de entrada de mercadorias asiáticas em território brasileiro, dada a situação de ilegalidade atribuída pelas autoridades lusitanas. Por se tratar de uma prática ilícita, infere-se que, no geral, produziram-se poucas fontes primárias que ofereçam um tipo de base mais empírica para a análise mais detalhada desse fenômeno. As colocações discutidas anteriormente atentam ao fato, nesse sentido, de que na segunda metade do século XVI matérias-primas brasileiras permitiram a reposição da frota naval que fazia o trajeto até a Índia, sinalizando uma ligação indireta entre a colônia americana e as possessões asiáticas.

Entretanto, apenas essa informação poderia ser considerada insuficiente para dar bases sólidas a uma pesquisa que se propõe a investigar de maneira mais aprofundada todas as circunstâncias que envolveram esse intrigante - e, de certo modo, misterioso - comércio entre Ocidente e Oriente. Para solucionar esse grande impasse, é Lapa que oferece mais recursos no tocante às possíveis respostas dessa indagação: sustentando a sua tese de ascensão brasileira no comércio mundial e de articulação entre colônias portuguesas apesar de todas as restrições régias que procuraram limitar esse movimento, o historiador brasileiro afirma que eram os produtos até então considerados “secundários” no contexto de produção açucareira que eram utilizados tanto nos portos africanos quanto nos asiáticos como moeda de troca para os mais diversos bens.

Deste modo, Lapa afirma que a partir do século XVII, com maior tolerância por parte das autoridades, o Brasil, além da madeira utilizada principalmente para a construção da frota

naval, oferecia o tabaco que era usado em portos da África e da Ásia na troca de outros produtos:

O próprio tráfico de escravos, particularmente de Angola para a Bahia, passou a contar no século XVII com as embarcações do roteiro oriental que da África recebiam carga humana, destinada ao Brasil, onde recolhiam o tabaco, tanto para os portos africanos, quanto para os asiáticos. Houve, assim, articulação comercial entre os três continentes, através dos domínios lusitanos, o que estava impedido enquanto a escala no Salvador foi defesa. É principalmente a partir da segunda metade do século XVII que vamos encontrar, graças à tolerância legal, uma acentuada frequência de navios que, ao retomarem do Oriente, escalavam na Bahia com suficiente espaço para receber cargas brasileiras, particularmente o açúcar e a madeira. [...] A prática comercial podia efetuar-se tanto na ida quanto na volta, pois para o Reino tinha o Brasil a oferecer o seu açúcar, e para o Oriente o seu tabaco (LAPA, 1968, p. 255-256).

Com base em documentos disponíveis nos principais arquivos de Portugal, como o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Lapa realizou uma análise da carga presente nos navios brasileiros que iam em direção ao Oriente, constatando que o tabaco - tanto bruto quanto em folha - representava a maior parte da mercadoria. Outros produtos nacionais incluíam aguardente de cana e barris contendo mel, farinha e cereais nas mais variadas quantias; uma nau em geral levava algo em torno de duas dezenas de barris e algumas unidades de frasqueiras contendo as aguardentes, o que representavam quantidades bastante inferiores aos milhares de rolos de tabaco que eram vendidos no exterior. Os mapas das cargas também costumavam separar tabelas indicando a parte da carga que era destinada à Coroa e que era usada para fins particulares.

Com o trabalho de Lapa, é possível estabelecer uma base do tipo de mercadoria que era exportada dos portos brasileiros - especialmente Salvador - às possessões do Oriente em meados do século XVII. Esses produtos, segundo o autor, eram trocados nas possessões portuguesas em Angola e em Goa por outros bens (a exemplo dos tecidos finos, como seda) e por mão-de-obra escravizada. Ainda assim, alegando dificuldade em encontrar dados estatísticos, sua obra não contempla com o mesmo grau de detalhes o movimento inverso - da Ásia em direção à América - como fizera em relação às exportações baianas. Nesse sentido, o historiador consulta as “Cartas de Vihena”, disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino que dão uma ideia do montante em réis que era gerado com a venda de itens asiáticos no Brasil: em 1796, por exemplo, o total teria consistido em quase 342.000 réis, valor este que teria diminuído dois anos depois para cerca de 280.000 réis e retomado uma pequena ascensão no século seguinte. Dentre os artigos, citam-se alguns exemplos pontuais como porcelanas chinesas, pedras preciosas e produtos “supérfluos” que acabavam sendo destinados às

camadas sociais mais abastadas, cujos recursos financeiros permitiam o consumo desses itens considerados exóticos e luxuosos.

2.1 - O comércio entre colônias - problema ou solução?

Como visto anteriormente, a Coroa atuava de maneira quase paradoxal no que se refere às relações comerciais que se estabeleceram entre as colônias de seu império: se por um lado a prática era uma alternativa viável à falta de recursos materiais e humanos para consolidar o processo de colonização em territórios esparsos entre si, por outro a possibilidade de reforçar o monopólio da metrópole poderia significar maiores e mais diretos rendimentos à corte portuguesa. Essa questão deixada em aberto por Lapa foi trabalhada de diferentes maneiras por importantes autores que se debruçaram sobre o intrigante fenômeno.

Um desses autores é Fernando Novais, historiador brasileiro que publicou a obra “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)”. Em seu livro, Novais analisa o que chama de “problemas da colonização portuguesa”, ou, em outras palavras, uma série de limitações no que se refere à expansão colonial protagonizada pelos portugueses e a relação destes com a incapacidade lusitana em se tornar uma potência capitalista nos séculos posteriores tal qual a Inglaterra. Novais declara, nessa perspectiva, que o próprio sistema colonial tornava as práticas de contrabando extremamente atrativas para os agentes envolvidos; no entanto, com a ascensão industrial inglesa, o comércio ilegal acabou agravando as contradições envolvendo a permanência da ordem colonial e a ascensão do capitalismo. Seu pensamento, por sua vez, pode ser sintetizado na seguinte passagem:

Como já indicamos, é o próprio estatuto colonial que tornava tão atrativo o comércio de contrabando. Quando, porém, apoiado nessas poderosas alavancas, o ritmo de desenvolvimento manufatureiro atinge na Inglaterra o nível da mecanização do processo produtivo, inaugurando-se a era da maquinofatura, as tensões encaminham-se lenta mas seguramente para a situação limite (NOVAIS, 1989, p. 121).

Novais entende que a partir de determinado momento - mais especificamente, a partir da segunda metade do século XVIII, com a ascensão econômica britânica -, o contrabando passou a representar um sério problema para os colonizadores portugueses. A tese do autor centra-se em dois aspectos fundamentais: o primeiro volta-se à teoria de que o comércio ilícito facilitava a entrada de manufaturas estrangeiras que acabavam concorrendo com os produtos portugueses. Já o segundo refere-se ao prejuízo dos rendimentos da Coroa pela violação do exclusivo metropolitano.

Já uma produção mais contemporânea que se inspira nas colocações de José Roberto do Amaral Lapa é a de Pedro Antonio Vieira, professor doutor do Departamento de Economia da UFSC⁷. O autor argumenta que a evolução e a consolidação da economia açucareira no Brasil colonial foi responsável pela criação de importantes ligações entre comerciantes, produtores e consumidores de inúmeras mercadorias na América, na Europa, na África e - dialogando diretamente com a proposta deste trabalho - na Ásia. Característica esta que teria contribuído para o desenvolvimento da economia-mundo capitalista, da qual a produção de açúcar na colônia brasileira era uma parte significativa. Seu objetivo é fornecer um tipo de análise mais empírica com base nas colocações que já vinham sendo feitas na área da história econômica por autores como Pedro Luis Puntoni e José Antônio Gonsalves de Mello e no referencial teórico fornecido por figuras como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Sua perspectiva é a de que a produção, a comercialização e o consumo do açúcar brasileiro foi formando ao longo dos séculos uma rede de negócios a nível mundial, marcada por conexões que podem ser listadas como a existente entre América e Europa, entre América e África e entre América e Ásia com intermédio africano.

Diferentemente de Novais, Vieira tenta demonstrar tanto por meio de revisão bibliográfica quanto pela análise direta de fontes primárias que as rotas de comércio entre o Brasil e outras colônias lusitanas não representavam um “problema” administrativo, mas talvez tenha sido justamente um dos grandes êxitos no que tange à inserção dos territórios em um contexto econômico de capitalismo⁸ mundial. Trata-se de uma forma diferenciada de estudo da história econômica brasileira, que visa à vinculação entre processos a nível regional - os quais poderiam ser interpretados como manifestações sistêmicas - e os grandes fenômenos globais. Desse modo, Vieira afasta-se de referenciais clássicos como Caio Prado Júnior e Celso Furtado e aproxima-se das tendências que se firmaram com a ascensão da metodologia das histórias conectadas e das concepções teóricas de sistema-mundo.

Levando-se em consideração o costume de contrabando que marcava o comércio nos portos do Império, os números podem não ser uma garantia absoluta de uma quantidade precisa de produtos que entravam e saíam, mas já ajudam a perceber as circunstâncias que caracterizavam esse intercâmbio marítimo. Nesse panorama, o trabalho dos autores citados não deixa de ser bastante surpreendente, considerando as dificuldades em encontrar fontes

⁷ Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸ Termo utilizado pelo próprio autor. Nesse sentido, sua leitura aproxima-se de referenciais como Ellen Wood e Immanuel Wallerstein, que se dedicaram a pesquisar a ascensão do capitalismo em um contexto histórico anterior à Revolução Industrial inglesa.

primárias relativas ao assunto trabalhado - particularmente quando o recorte temporal é anterior ao século XVIII.

2.2 - Sedas, leques e porcelanas: o comércio entre Ásia e América

Quem analisa a questão dos produtos asiáticos que chegaram ao Brasil com maior grau de profundidade é José Roberto Teixeira Leite, em sua tese produzida quase três décadas depois da publicação do livro de Lapa, “A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil”. O autor defende que do final do século XVI até mais ou menos metade do século XIX, uma considerável influência oriental, sobretudo chinesa, moldou grande parte da cultura nacional. Nesse contexto, até a independência em 1822, a sociedade brasileira abertamente incorporou traços culturais do Extremo Oriente, que se manifestavam em hábitos, ideias e técnicas de produção. Exemplos incluem o uso de fogos de artifício em comemorações, de leques para afastar o calor e de ornamentação com dragões em palanquins.

No que se refere aos produtos importados do Oriente, Leite tende a concordar com Lapa quanto ao grau de opulência que envolvia esse comércio: a maior parte das mercadorias consistia em porcelanas, móveis, têxteis, pinturas e até mesmo brinquedos que eram consumidos pelas famílias mais ricas. Ainda sem entrar em quantidades, o autor defende a tese de que o Brasil foi uma das primeiras regiões a realizar esse intercâmbio oriental, já no século XVI - atribuindo um aspecto de ineditismo brasileiro no que tange às relações comerciais pré-capitalistas em nível global. Um aspecto interessante de seu trabalho volta-se à teoria de que em algum momento as colônias americanas receberam mão-de-obra escravizada vinda diretamente da Ásia, o que indicaria que as relações não se limitaram à troca de itens, mas contemplaram fluxos migratórios.

A questão envolvendo o tráfico de escravos asiáticos é um grande desafio em termos historiográficos: o acesso a produções acadêmicas que abordam esse assunto específico pode ser muito difícil e a historiografia nacional ainda carece de maiores estudos envolvendo a origem desse fenômeno e as circunstâncias iniciais que o caracterizaram. De acordo com Nelson (2004), o que se sabe atualmente é que houve de fato uma exploração do trabalho compulsório desde a chegada dos portugueses no Extremo Oriente, sobretudo após o contato com japoneses em 1543; os europeus chegavam ao arquipélago e compravam homens e mulheres japonesas para vender a outras regiões como mão-de-obra ou, no caso das escravas, como concubinas. Esse tipo de exploração teria durado pelo menos até o ano de 1595, quando

foi promulgada uma lei em Portugal que proibia a venda e a compra de escravos de origem nipônica ou chinesa. Entretanto, Leite (1992) trabalha com a tese de que havia um fluxo de chineses que perdurou durante muito tempo e que há registros de trabalhadores que chegaram inclusive ao Brasil para o plantio de chá e para o manuseio de tarefas de caráter mais administrativo. Dada a complexidade que permeia o assunto em questão, esse processo em específico será retomado com mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho.

A inspiração de Leite provavelmente vem das contribuições de Gilberto Freyre, em sua obra “Sobrados e Mucambos”. Nela, o autor chama a atenção ao fenômeno da escravidão asiática no Brasil, destacando anúncios em jornais que indicavam a fuga de escravos de ascendência oriental durante o século XIX, apesar da proibição de 1595:

Aliás, não foram somente chins ou chinas – como eram geralmente chamados – que desde os dias coloniais se introduziram no Brasil para competir com escravos africanos nos serviços de campo e no doméstico. [...] Alguns aparecem em anúncios de jornais da primeira metade do século XIX um tanto confundidos com negros ou escravos fugidos. Tal o caso do cozinheiro de “Nação Aziatica” que em 1822 desapareceu de uma casa à rua do Sabão nº 364 no Rio de Janeiro. Era homem de 28 a 30 anos, cor quase negra, cabelo crespo, estatura bastante pequena, magro, andar como de marinheiro, “Nação Aziatica ou Cafre”. À primeira vista se conhecia “ser estrangeiro pelas suas feições que não são de negro”. Falava mal o português, pouco e mal o inglês e também o francês “não obstante querer passar por tal”, diz um anúncio no Diário do Rio de Janeiro de 30 de maio de 1822 (FREYRE, 2013, p. 352).

No que se refere aos produtos que saíam dos portos brasileiros, já foram citados os exemplos do tabaco, da aguardente de cana e de outros bens de origem agrícola, como barris de mel e de farinha, mas existe outra mercadoria que merece dedicação especial: as armas de fogo. Comercializadas diretamente de Portugal, passando pelo Brasil e chegando à Ásia, elas foram um elemento fundamental tanto para a colonização americana quanto para a história do continente asiático, sobretudo para o Japão. A historiografia nacional atenta ao fato de que a colonização brasileira se fez essencialmente pelo uso da violência com armas nas disputas políticas e territoriais. Nesse sentido, é possível argumentar que “um primeiro levantamento [...] sobre o uso de armas na história do país [...] mostrou o quão relevante é nela o emprego generalizado da violência armada na vida social e política brasileira” (ALMEIDA, 2015, p. 94). A partir de exemplos, como os conflitos no campo instigados por senhores de engenho e seus capatazes, o autor busca enfatizar que houve um uso extensivo delas no âmbito dos conflitos interpessoais, e que, nesse panorama, era relativamente comum que um homem médio tivesse acesso a esse tipo de recurso.

Já no tocante à história japonesa, quando os portugueses chegaram ao arquipélago nipônico, os japoneses estavam passando por um longo período de guerra civil, protagonizada

por poderes locais que disputavam a hegemonia sobre a região. Nesse contexto, Oda Nobunaga, importante daimiô⁹ fez uso extensivo desse recurso bélico introduzido pelos europeus e teve vantagem no conflito; futuramente, Nobunaga ficou conhecido como um dos três grandes unificadores, tornando-se protagonista nas relações entre japoneses e lusitanos até a expulsão destes sob o governo de Toyotomi Hideyoshi, o segundo unificador, que, segundo a versão mais tradicional registrada pela historiografia, teria ficado profundamente ofendido com o tráfico de escravos¹⁰. Depois disso, Boxer (1951) demonstra que o Japão passou por um período de isolacionismo em que o comércio era controlado e exclusivo em alguns portos, como Nagasaki, Tsushima e Satsuma. A perda do Japão representou um grande sinal de decadência do Império Português frente às potências europeias - especialmente a Holanda -, que se viu restrito aos portos em Goa, em Macau e ao Timor Leste e necessitado de realizar uma mudança de orientação do centro econômico para a América e para a África.

Com as informações destacadas, é possível ter uma base de como a academia vem trabalhando com a temática envolvendo o comércio entre as colônias americanas e asiáticas no contexto pré-capitalista, particularmente no que tange aos produtos envolvidos e à forma com que os diferentes continentes se interligam no panorama de expansão marítima europeia. Partindo dessas colocações, o próximo capítulo será dedicado à análise das cartas trocadas entre navegantes que saíam de Macau em direção aos portos brasileiros e as autoridades do Império durante o início do século XIX, período que ficou marcado pela presença da corte no Rio de Janeiro. Os documentos em questão foram consultados no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino e oferecem uma base mais empírica para as questões já levantadas anteriormente pela historiografia especializada.

⁹ Título que se dava a um poderoso senhor de terras no Japão daquele período.

¹⁰ Atualmente, esse tópico é visto com maior grau de relativismo, uma vez que evidências sugerem que o próprio Toyotomi Hideyoshi estava envolvido em um tráfico de prisioneiros de guerra coreanos que inclusive teria beneficiado Portugal. Exemplo dessas fontes incluem vasos incluídos na estética da cerâmica Satsuma, que teria se originado após a captura de artistas coreanos durante o período Azuchi-Momoyama.

3 - Do Oriente à América Portuguesa: o caso de Macau

Realizadas as colocações mais gerais sobre a natureza das relações entre as colônias portuguesas do Ásia e da América, será estudado com maior grau de aprofundamento um caso mais específico: os intercâmbios econômicos entre Brasil e Macau. A questão chinesa já foi abordada neste trabalho em alguns momentos dedicados a reflexões teóricas e discussões historiográficas, a exemplo do panorama de expansão lusitana sobre a Ásia abordado por Boxer e Subrahmanyam e da entrada de elementos culturais advindos da China explorada por Leite.

A escolha do porto macaense como objeto de pesquisa inspira-se principalmente na crescente influência da China em âmbitos econômicos, culturais e diplomáticos nos dias de hoje; a nação oriental faz-se presente nos telejornais, nas políticas internacionais e nos produtos que são consumidos. Ainda assim, em diversas circunstâncias ela ainda parece exótica aos olhos de muitas pessoas que talvez nunca tenham refletido sobre o impacto do Oriente em diversos hábitos do cotidiano que foram sendo construídos em um contexto de séculos de aproximação por meio das relações ultramarinas. Nessa perspectiva, um dos objetivos principais desse estudo é investigar elementos que comprovem que os dois países da atualidade talvez não sejam tão distantes entre si; afinal, ao longo muitos anos estiveram unidos, de certa forma, pelo mesmo panorama geopolítico - o do Império Português.

As fontes primárias escolhidas compreendem uma coleção de cartas trocadas no início do século XIX por autoridades portuguesas que estiveram presentes nesse panorama de comércio ultramarino. Com bases nesses documentos, disponíveis no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, procurar-se-á refletir a respeito dos produtos envolvidos nas trocas comerciais, das necessidades fomentadas pelas particularidades de um período marcado pela transferência da Corte e da circulação de indivíduos entre regiões tão distintas de um império disperso.

3.1 - Um Breve Panorama sobre o Império Português do século XIX

O século XIX foi certamente um período marcante da história do Império Português: em uma conjuntura europeia que se caracterizou pela expansão de Napoleão Bonaparte, a corte portuguesa viu-se obrigada a realizar sua transferência a fim de que não sofresse com o avanço francês. Assim sendo, a família real deslocou-se para o Rio de Janeiro - capital brasileira desde a segunda metade do século XVIII -, uma vez que não podia aderir ao

bloqueio continental de Napoleão devido às alianças que tinha com a Inglaterra, principal inimiga da França Napoleônica.

A transferência da Corte já foi objeto de inúmeras discussões historiográficas; afinal, é plausível utilizar a ideia de “fuga”, como fora tradicionalmente consolidado, ou trata-se de um projeto previamente elaborado? Atualmente, historiadores e historiadoras trabalham com análises que consideram circunstâncias de cunho muito mais estratégico do que anteriormente havia se dado crédito. Schultz (2008), por exemplo, professora da The Cooper Union argumenta que o movimento inusitado de mudança para uma colônia - até então inédito no contexto europeu - era visto como uma possibilidade de renovação moral e política, oportunizada pela presença física de nobres diretamente ligados à linhagem real entre habitantes brasileiros. Além disso, a América teria servido como exílio não apenas às ameaças napoleônicas como também às ideologias revolucionárias que ameaçavam o Antigo Regime.

Interpretações variadas a respeito da inusitada transferência família real portuguesa e sua corte para uma de suas colônias foram sendo produzidas ao longo de muitos séculos; trata-se de um fenômeno que pode ser descrito de inúmeras maneiras. “Deserção ou ato heroico, fuga ou malícia, qualquer opção assenta num juízo de valor. O que importa do ato são seus desdobramentos” (MALERBA, 2000, p. 202). Assim sendo, os objetivos desse movimento protagonizado pela corte portuguesa podem ser sintetizados em dois tópicos fundamentais: a manutenção do projeto político bragantino que se pautava nas tentativas de centralização administrativa e o ideal de criação do Império luso-brasileiro. Já as consequências, por sua vez, sentiram-se na abertura dos portos às nações amigas pela carta régia de 1808, que acabou resultando em uma verdadeira avalanche de produtos ingleses no Brasil, na permissão da instalação de manufaturas pelo alvará do mesmo ano, na criação de novos impostos, como os que passaram a ser cobrados pela propriedade e pela transmissão de bens, e na realização de tratados com a Inglaterra que acabaram consolidando a influência inglesa em território brasileiro. Além disso, a política externa desse período ficou marcada pela posição de maior agressividade contra os vizinhos, a exemplo das iniciativas bélicas contra a Guiana Francesa e a Banda Oriental - atual Uruguai; havia, nesse sentido, uma preocupação por parte das autoridades lusitanas em limitar a propagação de ideias republicanas fomentadas pela formação de novos Estados independentes na América Latina, e em definir as fronteiras de seu império, que também estavam ameaçadas pela conjuntura de independência latino-americana.

No Extremo Oriente, por sua vez, a conjuntura caracterizava-se pela necessidade de reorganização das rotas comerciais; com a perda do lucrativo monopólio das trocas entre

China e Japão e com as dificuldades de manutenção do comércio entre regiões conhecidas em função de turbulências políticas - como o Timor Leste -, os comerciantes portugueses passaram a explorar outros tipos de relações no espaço marítimo asiático. A partir do ano de 1783, Portugal decidiu investir em projetos de revitalização da Rota do Cabo, que ligava Oriente e Ocidente pelo Cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano.

O projeto português envolvia em grande parte uma tentativa de estabelecer um controle mais rígido de suas rotas comerciais, o que acabou gerando resistência por parte de comerciantes chineses que viviam na região e dos próprios navegantes de origem europeia. Além disso, as intenções das autoridades lusitanas viram-se relativamente frustradas com as inúmeras instabilidades causadas pela conjuntura de descolonização da América, de ameaças de Napoleão Bonaparte e de limitações econômicas. Ainda assim, a historiografia tende a concordar que o porto de Macau prosperou no início do século XIX: sua posição privilegiada no espaço marítimo asiático atraía navegantes europeus de diversas regiões, e, nesse sentido, Portugal teve sucesso em obter lucro com os intercâmbios que ocorriam em função de suas rotas. Não por mera coincidência, é justamente nesse período em que se percebe uma maior disponibilidade de fontes a respeito das relações comerciais com outras colônias do Império Português; a prosperidade macaense relaciona-se diretamente com processos históricos contemplados pelas colônias americanas, uma vez que o certo grau de estabilidade econômica associado às necessidades de uma região que se beneficiava com a presença direta da Corte possibilitou a expansão dos horizontes comerciais.

Nesses anos de prosperidade, o Leal Senado, principal instituição administrativa portuguesa da cidade de Macau, conquistou um elevado grau de autonomia em relação às autoridades imperiais chinesas que eram responsáveis pelas mediações entre portugueses e chineses durante a ocupação lusitana da região. Boxer (1965) realizou uma análise bastante detalhada a respeito da criação desse órgão administrativo em sua obra “Sociedade portuguesa nos trópicos”: de acordo com o historiador, ele teria sido criado entre os anos de 1582 e 1583 e era responsável, entre outras coisas, pelos trâmites burocráticos das viagens entre China e Japão - mais especificamente em direção ao porto de Nagasaki -, pela regulamentação do comércio regional e pela defesa das reivindicações de moradores portugueses. A relação entre o Leal Senado e as figuras políticas do Império Chinês se demonstrou conturbada em inúmeras ocasiões: Hao (2011), professor emérito do Departamento de Sociologia da Universidade de Macau, argumenta que administradores de Portugal estiveram diretamente envolvidos na destruição de patrimônio local - como túmulos e pequenas fazendas - para a

construção de estradas e edifícios, o que representava um gravíssimo atentado aos interesses e aos costumes da população local.

A situação reverteu, no entanto, com a Primeira Guerra do Ópio no ano de 1839; ainda que Macau não tenha sido diretamente afetada pelos conflitos, os ingleses acabaram conquistando a maior parte da hegemonia sobre a China, e, nesse contexto, Hong Kong ascendeu como o principal ponto de comércio para as potências imperialistas da Europa. Segundo Serrão (1998), tal circunstância acabou barrando os interesses portugueses de consolidar seu domínio sobre as relações entre Ocidente e Oriente, e nesse panorama, Macau sucumbiu na periferia de um comércio muito mais ativo dominado pela Inglaterra.

Apesar disso, Macau continuou sob domínio português por muito tempo e não passou ao domínio do governo chinês até o ano de 1999, diferentemente do Brasil que poucos anos depois passaria a ser independente. Parte dessa vitória pírrica pode ser atribuída à desestabilização política que assolou a China em função do imperialismo europeu: os prejuízos econômicos e políticos causados pelas guerras e pelos acordos desiguais contribuíram para o fim de uma tradição imperial milenar e para a eclosão de tumultos sociais que não se encerrariam até a segunda metade do século XX.

3.2 - Mapas de Cargas

No que se refere à empiricidade dos estudos sobre os produtos que circulavam do Oriente às Américas no âmbito das relações intercoloniais fomentadas pela expansão marítima europeia, os mapas de cargas que acompanhavam os registros oficiais das viagens oferecem uma excelente ponto de partida, uma vez que eles fornecem indícios das quantidades de mercadorias que chegavam aos portos imperiais. Entretanto, dadas as práticas constantes de contrabando, os dados devem ser lidos com certo grau de sensibilidade, já que eles não podem ser interpretados como garantia absoluta de precisão numérica.

Os mapas de cargas costumam ser tabelas escritas pelos autores das cartas que envolviam os trâmites burocráticos da entrada de navios nos portos imperiais. Nelas, constam a listagem de produtos trazidos nas embarcações, as quantidades dos artigos listados e, em alguns casos, nomes de passageiros presentes. Muitas vezes, as medidas não são padronizadas, sendo contabilizadas com termos variáveis, incluindo “caixas” ou “caixões”, o que dificulta uma leitura de cunho mais quantitativo. Ainda assim, trata-se de um material capaz de gerar ricas discussões com base na bibliografia produzida sobre o tema em questão.

O primeiro exemplo a ser contemplado por este trabalho é o mapa de cargas do brigue *Constância*: registrado em Lisboa no dia 11 de agosto de 1802, o navio partiu de Macau e realizou uma escala na Bahia, antes de partir para a Europa. Comandada pelo primeiro tenente de mar Francisco José da Vitória Rodrigues Viana, a embarcação transportava grandes quantidades de chá, de louça e de “efeitos¹¹”, o que demonstra uma sintonia com as afirmações realizadas por historiadores brasileiros que se debruçaram sobre o tema, como visto anteriormente. Além disso, um aspecto interessante acerca da existência desse documento é a prova de que, apesar do transferimento da capital brasileira para a cidade do Rio de Janeiro, Salvador ainda permaneceu relevante no âmbito do comércio ultramarino, servindo ainda como porto de escala para naus que vinham da Ásia.

A presença de Salvador nesses documentos revela um aspecto interessante da cidade no que tange à sua posição no império: apesar da transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, o porto baiano manteve sua posição primordial no âmbito do comércio ultramarino, recebendo embarcações de outros territórios lusitanos. Ao longo de todo o século XIX, a cidade, conforme Santos (1990), ainda era um dos maiores centros urbanos brasileiros, integrada às dinâmicas capitalistas do comércio mundial e diretamente ligada ao processo de expansão dos mercados locais. Nesse sentido, Sousa (2016), professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, utiliza do conceito de “centralidade” (ou “capitalidade”) para definir a permanência do status salvadoreense como um dos centros geopolíticos do Império e o *boom* econômico ocorrido na cidade em meados do século XVIII.

Tabela I - Mapa de carga do brigue *Constância* (1802)¹²:

Tipo de Mercadoria	Quantidades (medidas variáveis)
Chá	1040 (caixas e caixotes)
Cangas	53 (caixões)
Louça	1058 (caixões, caixas e amarados)
Efeitos	6309 (caixas e amarados)

¹¹ Termo utilizado no documento consultado. A pesquisa nos dicionários da época não trouxe resultados específicos no que tange ao possível significado do vocábulo.

¹² Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 13; N° 1102.

O mapa de carga do brigue *Constância* já apresenta algumas particularidades das relações mercantis entre Macau e Brasil no século XIX. A presença da louça, por exemplo, dialoga com as questões trabalhadas anteriormente por autores como Lapa e Leite, que já mencionavam a chegada desse tipo de artigo pelo comércio dos séculos anteriores. A grande diferença, segundo Lima (1989), é que com a chegada da porcelana chinesa à Europa - até então as vendas teriam sido muito mais focadas nas relações com o Oriente Médio -, o produto passou a ser produzido em larga escala, o que significou uma perda da qualidade. Isso teria contribuído para a expansão do consumo, que passou a ser protagonizado também por camadas sociais mais populares; a porcelana macaense, nesse contexto, tornou-se acessível a pequenos produtores e comerciantes, transformando-se em uma mercadoria do cotidiano.

Quem desenvolveu algumas reflexões sobre o assunto em questão foi Gilberto Freyre, em sua obra “*Sobrados e Mucambos*”. A respeito dessa temática, o autor declara:

Só o vigor do capitalismo industrial britânico na sua necessidade às vezes sôfrega de mercados não só coloniais como semicoloniais para sua produção, de repente imensa, de artigos de vidro, ferro, carvão, lã, louça e cutelaria [...] conseguiria acinzentar, em tempo relativamente curto, a influência oriental sobre a vida, a paisagem e a cultura brasileira. Pois o que parece é que, ao findar o século XVIII e ao principiar o XIX, em nenhuma outra área americana o palanquim, a esteira, a quitanda, o chafariz, o fogo de vista, a telha côncava, o banguê, a rótula ou gelosia de madeira, o xale e o turbante de mulher, a casa caiada de branco ou pintada de cor viva e em forma de pagode, as pontas de beiral de telhado arrebentadas em cornos de lua, o azulejo, o coqueiro e a mangueira da Índia, a elefantíase dos Árabes, o cuscuz, o alfeolo, o alfenim, o arroz-doce com canela, o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta de Cochim, o chá da China, a cânfora de Bornéu, a muscadeira de Bandu, a fazenda e a louça da China e da Índia, os perfumes do Oriente, haviam se aclimado com o mesmo à vontade que no Brasil (FREYRE, 2013, p. 345).

A contribuição de Freyre é bastante interessante por abordar dois aspectos do comércio com o Oriente: o de natureza cultural - que já foi discutida a partir das colocações de Leite - e o de caráter econômico. Sobre esta última, o autor entende que a inserção de produtos asiáticos na colônia brasileira se deu em função das necessidades do capitalismo industrial britânico, cuja ascensão já pôde ser sentida em na América em meados do século XVIII. Nesse sentido, as dinâmicas comerciais que se formaram nesse período - muitas vezes incompatíveis com a realidade colonial¹³ - teriam superado as resistências por parte da Coroa, que visava ao monopólio das importações, e de “apologistas ocidentais” que entendiam a chegada desses elementos estrangeiros como um atraso à civilização. Além disso, sua obra é pioneira no que tange à menção do chá chinês como uma mercadoria que teria chegado ao

¹³ Nesse sentido, a leitura volta-se à demanda por matérias-primas para a produção manufatureira e à indispensabilidade de um público consumidor nas colônias, que se fazia cada vez mais presente sob perspectiva inglesa. A potência europeia tinha interesse na ampliação de seus mercados e, portanto, voltava seus esforços às populações das colônias portuguesas e espanholas.

Brasil em função dessa conexão com a Ásia. O historiador argumenta que a inserção do chá pode ser atribuída às relações comerciais mediadas pela Inglaterra e que sua chegada foi sentida de tal maneira que a bebida - até então servida majoritariamente como medicamento - passou a ser apreciada também nas refeições casuais, semelhante à forma com que se dá nos dias de hoje.

Alguns anos depois, em 9 de dezembro de 1814, foi escrito um ofício endereçado a D. Miguel Pereira Forjaz, sob autoria de José Rebelo Palha, capitão-ajudante da Torre de Belém. Seu documento relata a chegada da galera Senhora da Luz que teria partido de Macau e realizado escala no Rio de Janeiro e, apesar de não contar com um mapa de cargas mais organizado como o da carta analisada anteriormente, menciona ao longo de seu texto algumas quantidades de produtos de origem asiática que estavam presentes na embarcação, como chá e cangas.

Tabela II - Mapa de carga da galera Senhora da Luz (1814)¹⁴:

Tipo de Mercadoria	Quantidades (em caixas)
Chá	7000
Cangas	200
Café	400

Já um registro semelhante ao que fora feito no ano de 1802 foi realizado no dia 10 de outubro de 1819, relativo à galera Ulisses que partiu de Macau até o Rio de Janeiro, de onde seguiu seu trajeto em direção à cidade de Lisboa. O mapa de cargas no navio, cujo capitão era Joaquim Francisco de Almada, é um dos mais detalhados no que se refere ao registro das mercadorias e dos passageiros que estavam a bordo da embarcação. Infelizmente, a digitalização do documento disponibilizado no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa prejudica a leitura de algumas informações importantes - como a listagem dos produtos no mapa de cargas.

¹⁴ Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 23; n° 1963.

Tabela III - Mapa parcial de carga da galera Ulisses (1819)¹⁵:

Tipo de Mercadoria	Quantidades (s/ medidas disponíveis)
Chás	2198
Louça	66
Raízes	119
Gengibre	147
Canela	23
Café	360

As três tabelas não descartam todas as contribuições feitas anteriormente por Lapa e Leite, mas dão indícios de certas particularidades envolvendo as relações mercantis com a Ásia do século XIX. Nesse sentido, evidenciam-se principalmente a presença da louça como um artigo popular produzido em larga escala e a entrada do chá como um dos principais produtos nesse comércio ultramarino.

3.3 - As Manufaturas e a Necessidade de Matérias-Primas

Sabendo-se que houve de fato um comércio entre Macau e Brasil no início do século XIX, com elementos de empiricidade que atestam às relações ultramarinas existentes entre as regiões, um outro questionamento surge: havia de fato uma demanda que justificasse a necessidade de artigos asiáticos em solo brasileiro? Os autores citados anteriormente mencionaram o consumo de artigos exóticos e luxuosos pelas camadas mais abastadas da sociedade, e as cartas analisadas até o momento, por sua vez, atentam a uma mudança nesse tipo de consumo que passou a ser protagonizado também por camadas populares. No entanto, é plausível admitir que apenas essa razão pode ser insuficiente para justificar a existência de uma rota comercial cujo trajeto se demonstrou árduo e, de certa forma, quase inviável quanto à necessidade de recursos materiais e humanos para sua manutenção, em diversos momentos.

Felizmente, existe um documento que pode fornecer uma base para análises mais profundas no que tange às relações entre os produtos que saíam da possessão de Macau e chegavam aos portos brasileiros. Trata-se de um requerimento feito no dia 15 de junho de

¹⁵ Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 283; n° 19856.

1810 pelo diretor da Fábrica Real de Tecidos do Rio de Janeiro, Sebastião Fabregaz, ao príncipe regente, D. João, requisitando ordens para a encomenda de artigos e de tecidos vindos diretamente da China¹⁶. Em sua carta, o autor sugere que se importem sedas e utensílios para que a produção fabril não fosse prejudicada, uma vez que se tratava de recursos inexistentes em território brasileiro e abundantes na região de Macau. Como visto anteriormente, a importação de tecidos fez-se de fato presente nas relações comerciais com a colônia chinesa, embora não chegasse nas mesmas quantidades dos chás, por exemplo.

A existência do registro em questão permite inferir que em determinado momento a demanda por produtos asiáticos se fez também no âmbito produtivo, o que acaba expandindo as possibilidades de leitura a respeito desse intercâmbio entre Oriente e Ocidente. Nesse sentido, trata-se de um fenômeno histórico bastante específico do século XIX, uma vez que foi nesse século em que D. João publicou o alvará que autorizou as fábricas e as manufaturas no Brasil, revogando o documento de 5 de janeiro de 1785 que proibia o estabelecimento destas na colônia americana. Dada a particularidade do período analisado, percebe-se também que a publicação mais recorrente dessas cartas a partir de 1800 se deve às novas necessidades da colônia brasileira que, com a introdução da produção manufatureira passou a precisar de matéria-prima advinda de outras regiões do império, uma vez que apenas as relações com Portugal se demonstraram insuficientes para suprir todas as demandas produtivas.

3.4 - A chegada de chineses ao Brasil: indícios de uma tendência migratória?

Talvez uma das revelações mais surpreendentes no tocante às relações estabelecidas entre o Extremo Oriente e as Américas é a exploração da mão-de-obra de trabalhadores asiáticos sugerida por Freyre e Leite. A chegada - forçada ou não - de imigrantes asiáticos durante o período colonial ainda é um fenômeno relativamente desconhecido e boa parte das circunstâncias por trás do tráfico de escravos da Ásia permanece carente de estudos mais especializados. O que pode ser retirado da leitura dos autores é que, apesar das proibições formais, a escravização era algo presente até a primeira metade do século XIX, dadas as evidências exploradas por Freyre nos anúncios dos jornais da época.

Além disso, outro aspecto fundamental também abordado por Gilberto Freyre é a maneira com que, em determinado momento, a chegada de imigrantes asiáticos foi vista como

¹⁶ Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 258; n° 17670.

uma alternativa às pressões inglesas contra o regime de escravidão. Nesse sentido, o autor argumenta:

O que importava a esses apologistas da importação de “homens livres” do Oriente para o Brasil era satisfazerem o inglês quanto à exigência de abolição do tráfico de escravos. Não ignoravam eles que africanos e chins “livres” seriam, no Brasil, virtualmente escravos, dentro de um sistema patriarcal que se assemelhava ao dos países de origem desses africanos e desses chins. A tais indivíduos não repugnaria, no Brasil, como a europeus do Norte e mesmo do Sul, a condição de servos, à qual estavam habituados desde tempos remotos. Ao contrário: nada lhes faria tanta falta fora do Oriente como um senhor patriarcal que lhes concedesse proteção em troca do trabalho escravo ou quase escravo que eles lhe rendessem. Neste ponto, o Oriente e o Brasil poderiam ter se compreendido e se completado vantajosamente se ao aspecto puramente social ou econômico das relações entre as duas áreas não se juntassem o cultural e o étnico (FREYRE, 2013, p. 350).

As conclusões do historiador novamente remontam à maneira com que a Inglaterra cimentou a sua influência no Brasil do século XIX, dessa vez se referindo ao modo com que os ingleses procuraram forçar a abolição da escravidão - muito mais por motivos econômicos do que humanitários - com o intuito de possibilitar a ascensão de um público consumidor de seus produtos na América. Assim sendo, nota-se como os defensores da importação de trabalhadores do Extremo Oriente argumentavam que, apesar de ser atribuída a eles a condição de “homens livres”, o fato de que estes estariam acostumados a regimes de servidão em seus locais de origem facilitaria um tipo de relação de trabalho pautada no domínio de um senhor patriarcal sobre os seus servos. Na prática, isso ainda significaria exploração de mão de obra compulsória, adaptada para as novas exigências europeias.

No que se refere às possibilidades empíricas de observação desse fenômeno, um dos materiais disponíveis é o escrito do secretário de estado da Marinha e Ultramar e conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro¹⁷. O registro do ano de 1811, sem data definida, endereçado ao oficial maior da Secretaria de estado da Marinha e Ultramar, José Joaquim da Silva Freitas, menciona uma carta sob autoria de Joaquim José Sabino, degredado para a Índia, que participou na chegada de imigrantes chineses ao Rio de Janeiro no navio Tamerlão. Trata-se de um material relativamente vago, que não faz referência a quantidades mais exatas de passageiros ou de cargas, mas que ainda se torna instigante por servir como uma base mais tangível aos estudos envolvendo a circulação de pessoas no contexto ultramarino do Império Português do início do século XIX.

Outra fonte que atesta a chegada de fato desses trabalhadores de origem asiática ao Brasil é o ofício escrito pelo comandante da Brigada Real da Marinha do Rio de Janeiro,

¹⁷ Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 22; nº 1818.

Joaquim José da Silva, endereçado a Antônio de Araújo de Azevedo, secretário do estado da Marinha e Ultramar no Rio de Janeiro¹⁸. O documento, escrito no dia 28 de junho de 1816, faz menção à volta de indivíduos chineses que estavam servindo na Fazenda de Santa Cruz a Macau, chegados à América no início da mesma década para introduzir a cultura do chá - que vinha sendo cada vez mais apreciado no contexto imperial lusitano, como analisado anteriormente - no Brasil. Cord (2018), ainda atenta que esse movimento não foi exclusivo à América Portuguesa, mas contempla uma série de migrações que se deram em todo o continente.

É interessante refletir sobre como a incorporação dessa mão de obra chinesa serviu como objeto de discussão ao longo de praticamente todo o século XIX. Na década seguinte, por exemplo, já no contexto de independência e de discussão acerca dos projetos de nação para o Brasil, importantes figuras como José Bonifácio ainda defendiam a chegada desses trabalhadores. Quem estuda com mais detalhes essa questão é a historiadora Miriam Dolhnikoff:

Bonifácio aponta a conveniência de "mandar vir de Macau casais de chins artífices; e outros que saibam cultivar e preparar o chá; pois o Brasil apresenta clima e produções muito análogas às da China". O futuro do Brasil, insistia e explicitava, estava na mistura de todos os grupos: "Nós não reconhecemos diferenças nem distinções na família humana: como brasileiros serão tratados por nós o china e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do Sol e o de Mafoma". [...] Seu consagrado conservadorismo político teria de ser extremamente *sui generis* para, na primeira metade do século XIX, propor tal igualitarismo, que teria por consequência lógica o reconhecimento da cidadania para todos estes ramos da grande "família humana" (DOLHNIKOFF, 1996, p. 126).

Entretanto, o preconceito exercido pelos "apologistas ocidentais" que Freyre já havia mencionado na década de 1930 parece ter sido vitorioso em relação aos projetos de assimilação defendidos por Bonifácio ou até mesmo às propostas de caráter menos humanistas do início do século XIX. Nos anos seguintes, Silva (2010) demonstra que se deu preferência pela incorporação de mão de obra branca e europeia, predominantemente de origem alemã ou italiana, em um processo que ficou conhecido pela historiografia como o "branqueamento racial" da população brasileira. A livre entrada de imigrantes asiáticos - sobretudo de origem chinesa ou japonesa - deu-se apenas com a aprovação da lei nº 97 no ano de 1892, que acabou iniciando um processo de formação de colônias em todo o território brasileiro, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

¹⁸ Documento relativo a Macau disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cx. 276; nº 19121.

CONCLUSÃO

De acordo com a historiografia produzida sobre o assunto, com as bases teórico-metodológicas discutidas e com as fontes primárias analisadas, é possível inferir que as conexões existentes entre o Brasil e Macau durante o início do século XIX têm origem em um fenômeno mais longínquo que envolvia o contrabando de produtos e limitações do próprio processo de colonização lusitano, que exigia por parte da administração imperial a adoção de medidas que contornassem a limitação de recursos humanos e materiais para o povoamento efetivo de regiões tão esparsas entre si.

No entanto, o século XIX conta com algumas particularidades bastante importantes que devem ser pontuadas para entender o que torna esse período diferente dos demais. Em um contexto marcado pela transferência da corte e por mudanças radicais no que tange à posição do Brasil no Império, novas demandas e circunstâncias surgiram, o que fomentou um tipo de relação mais direta com as colônias do Extremo Oriente. Nesse panorama, artigos que entravam esporadicamente em território brasileiro e que sequer eram destinados aos mercados americanos passaram a entrar com força nos portos, abertos a relações comerciais mais amplas desde 1808. A louça macaense, por exemplo, começou a ser produzida em larga escala, o que acabou acarretando em uma queda no seu preço e na intensificação do consumo pelas camadas mais populares. De acordo com Symanski (1997), é possível afirmar que a porcelana de Macau acabou se tornando em meados do século um artigo de baixo valor atribuído, considerado até mesmo “grosseira” [sic] em comparação a outros tipos de porcelanas que também eram importadas no mesmo período. Trata-se de uma mudança bastante considerável, especialmente se comparada às colocações de José Roberto Teixeira Leite, em que o autor analisa um comércio voltado às altas camadas da sociedade brasileira.

Outra questão bastante relevante é diversidade de produtos que entravam pelos portos brasileiros; em um contexto de ascensão do capitalismo mundial, exigências impostas pelas potências europeias que ascendiam - como a Inglaterra - marcaram a entrada de mercadorias estrangeiras no início do século. Um desses itens que se fizeram bastante presentes nas embarcações é o chá: ao longo da primeira década do século XIX, chás compuseram boa parte dos itens listados em mapas de cargas dos navios portugueses e passaram a representar um verdadeiro interesse econômico das elites brasileiras em um contexto em que a produção cafeeira ainda estava em processo de consolidação. Produtores e fazendeiros americanos iniciaram projetos do cultivo de chá em solo local, fazendo uso inclusive de mão de obra de trabalhadores chineses que tinham maior domínio sobre as técnicas de cultivo das ervas. A

incorporação de novos artigos nas cargas que chegavam aos portos brasileiros, nesse sentido, pode ser lida como uma consequência da ascensão do capitalismo em escala global, que modificou a natureza das relações entre metrópoles e colônias e gerou uma série de novas demandas com base na influência das potências capitalistas e nas necessidades da produção manufatureira.

Nesse sentido, é plausível afirmar que há uma intensificação das relações mercantis entre Brasil e Macau nas primeiras décadas do século XIX, anteriores à independência brasileira em 1822. Carlos Francisco Moura, um dos autores pioneiros no que tange aos estudos das conexões entre Macau e Brasil defende essa tese com base em uma série de fontes variadas, incluindo os escritos realizados por Gonçalves dos Santos, cronista do período em questão, e documentos da contabilidade Fazenda de Santa Cruz, que recebeu trabalhadores chineses nesse período. Segundo o historiador, a maior disponibilidade de fontes primárias relativas ao intercâmbio entre Oriente e Ocidente desse período em questão é um forte indicativo dessa circunstância histórica que marcou os anos anteriores à independência brasileira de 1822.

Tal tese ganha um reforço com as produções mais historiográficas mais recentes, como a de José Vicente Serrão, que demonstra a ascensão do Leal Senado em um contexto marcado pela desestabilização do governo central da China por conta do imperialismo europeu que assolou o império ao longo de todo o século. A autonomia portuguesa na região associada às tentativas retomada de rotas marítimas instigou a exploração de um comércio entre América e Ásia que até então se dava ora em circunstâncias muito específicas ora por meio do contrabando. Essa conjuntura, no entanto, não teria se prolongado após o domínio inglês em Hong Kong, que acabou colocando o porto macaense em uma posição periférica no que tange ao comércio ultramarino da época. Ainda assim, trata-se um fenômeno que certamente deixou suas marcas na história brasileira.

Além disso, a pesquisa atesta também o peso da cultura chinesa na formação cultural brasileira: os produtos de origem asiática não apenas deixaram sua marca no cotidiano como também estiveram diretamente ligados a um intercâmbio de costumes e de indivíduos que traziam suas manifestações culturais dos locais de origem. O trabalho de José Roberto Teixeira Leite, nesse sentido, reflete a respeito dessas marcas que acabaram se enraizando no cotidiano brasileiro, a exemplo do costume de soltar fogos de artifício em comemorações, que teria suas raízes na China imperial. Já outros autores, como Gilberto Freyre, estudaram a presença de indivíduos orientais durante o período colonial brasileiro, demonstrando que existiram projetos de inclusão de mão de obra asiática como maneira de contornar as

exigências das potências europeias capitalistas no que se referia à consolidação de um possível público consumidor de seus produtos manufaturados. A discussão a respeito da necessidade de entrada desses imigrantes permeou praticamente todo o século XIX, gerando debates entre o que o autor chama de “apologistas ocidentais” e setores favoráveis a recepção de asiáticos e africanos que, em seu entendimento, estariam acostumados a regimes de servidão nos seus locais de origem.

No entanto, existe uma vasta gama de informações que ainda carece de estudos mais especializados, especialmente levando em consideração a dificuldade de encontrar fontes primárias que possibilitem uma abordagem mais empírica dos fenômenos investigados e de outras referências acadêmicas com temática semelhante. No que se refere ao impacto econômico desses produtos que chegavam nas embarcações do século XIX, ainda seria necessário encontrar tabelas de preços e medidas de quantidades mais precisas que fossem capazes de estimular a elaboração de um balanço mais preciso dessas informações.

Já no tocante à chegada de imigrantes chineses nesse mesmo período, documentos presentes tanto no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa quanto no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro permitem retirar algumas conclusões sobre os trâmites burocráticos que envolveram a chegada desses indivíduos bem como aspectos de seu estilo de vida no Brasil. No entanto, quantidades mais precisas de viajantes ou registros pontuais de sua data de chegada ainda permanecem desconhecidos por historiadores e historiadoras que se debruçam nessa questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Adilson José de. Sociedade armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.93-138, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).
- BOSSONG, Georg. O elemento português no japonês. In: MENDES, Marília (Ed.). **A língua portuguesa em viagem: actas do Colóquio Comemorativo do Cinquentenário do Leitorado de Português da Universidade de Zurique**, 20 a 22 de junho de 1996. Frankfurt: Tfm, 2003. p. 213-236.
- BOXER, Charles. **Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800**. Madison: The University Of Wisconsin Press, 1965.
- _____. A navegação e as especiarias nos mares asiáticos: 1500-1600. In: BOXER, Charles. **O império marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **The Christian Century in Japan: 1549-1650**. Londres: Cambridge University Press, 1951.
- BRAUDEL, Fernand. Repensando a vida material e a vida econômica. In: BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 5-15.
- CORD, Marcelo Mac. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 57, p.151-185, 2018.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O Projeto Nacional de Bonifácio. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 46, p.121-141, nov. 1996.
- FERREIRA, Mario. Palavras de origem indiana no léxico da língua portuguesa - processos de reiteração, reconfiguração e dispersão semântica. In: **Estudos linguísticos**. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: GEL/USP, 1999.
- GRUZINSKI, Serge. A virgem e as duas torres: olhares europeus. In: GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: História de uma mundialização**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014.
- HAO, Zhidong. **Macau History and Society**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011.

- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- LEITE, Jose Roberto Teixeira. A China no Brasil: influencias, marcas, ecos e sobrevivencias chinesas na arte e na sociedade do Brasil. 1992. [591]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284345>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R. da; SAMPAIO, A. C. de O.; FENZL-NEPOMUCENO, A. & MARTINS, A. H. D. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, São Paulo, p. 205-230, 1989.
- LJUNGSTEDT, Anders. **An historical sketch of the Portuguese settlements in China; and of the Roman Catholic Church and mission in China**. Boston: Oxford University Press, 1835.
- MALERBA, Jurandir. O cetro e a bolsa: aspectos da formação do Estado brasileiro. In: MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 197-229.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer et al (Org.). **Ramificações Ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do atlântico luso - século XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- NELSON, Thomas. Slavery in Medieval Japan. **Monumenta Nipponica**, Tóquio, v. 59, n. 4, p.463-492, 2004.
- NOVAIS, Fernando. Os Problemas da Colonização Portuguesa. In: NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 121.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. Revoluciones: De Filadelfia a San Petersburgo pasando por Nankín. In: OSTERHAMMEL, Jürgen. **La transformación del mundo: Una historia global del siglo XIX**. [s.i.]: Crítica, 2015. p. 731-810.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento Urbano e Habitação em Salvador: (1890-1940). **Rua: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 3, p.20-29, 1990.
- SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 5-27. 2008.

- SERRÃO, José Vicente. Macau no século XIX: um território, dois impérios. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Org.). **O Império Africano: 1825-1890**. Editorial Estampa: Lisboa, 1998. p. 719-765.
- SILVA, Kalina Vanderlei. Uma História de Conexões e Comparações dos Impérios Coloniais Modernos. In: SANTOS PEREZ, Jose Manuel. **Histórias Conectadas: Ensaio sobre História Global**. Editora Autografia, 2016. p. 9-10.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. Imigração e imigrantes no Rio Grande do Sul da Primeira República. **História: Debates e Tendências**, [s.i.], v. 9, n. 1, p.37-56, jan. 2010.
- SOUSA, Avanete Pereira. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (Org.). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador: Edufba, 2016. p. 99-128.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History**. Chichester: Wiley Blackwell, 2016 (e-book).
- SYMANSKI, Luís Cláudio. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.81-119, 1997.
- VIEIRA, Pedro Antonio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.499-527, dez. 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno Sistema Mundial I: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. Cidade do México: Siglo XXI, 1979.

LISTA DE FONTES

- Escrito de D. João de Almeida de Melo e Castro a José Joaquim da Silva Freitas, 1811. Disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino pelo Projeto Resgate. Cx. 22, nº 1818.
- Ofício de José Rebelo Palhares a D. Miguel Pereira Forjaz, Lisboa, 1814. Disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino pelo Projeto Resgate. Cx. 23, nº 1963.
- Ofício de José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro a D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, Lisboa, 1819. Disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino pelo Projeto Resgate. Cx. 279, nº 64.
- Ofício de Pedro Duarte da Silva a João Rodrigues de Sá, Lisboa, 1802. Disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino pelo Projeto Resgate. Cx. 23, nº 1102.
- Requerimento de Sebastião Fabregaz a D. João, Rio de Janeiro, 1810. Disponível no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino pelo Projeto Resgate. Cx. 258, nº 17670.

ANEXOS

Anexo A - Mapa de carga do brigue Constância (1802)

Mapa de carga do Brigue Constancia Porto de Macau Ano 1802	
Caixas de chá	957
Caixetas de D ^{to}	74
Caixas com caixetas de D ^{to}	9
D ^{to} e caixetas de pangs	53
Caixas e caixetas de Lúcia	606
Caixas com caixetas de China	105
Armas e ados de D ^{to}	6204
Armas e ados de Lúcia	452
Total 8460	
Fm. Jac. Mathias de Souza	

Resumo do mapa do Brigue Constancia Porto de Macau Ano 1802	
Caixas de chá	957
Caixetas de D ^{to}	74
Caixas com caixetas de D ^{to}	9
Caixas de pangs	53
Caixetas de D ^{to}	9
Caixas e caixetas de Lúcia	606
Armas e ados de D ^{to}	452
Caixas com caixetas de China	105
Armas e ados de D ^{to}	6204
Total 8460	
Fm. Jac. Mathias de Souza	

Anexo D – Lista de demandas para a Real Fábrica de Tecidos (1810)

Relação dos Artigos que se requerem de Algodão para a Real Fábrica de Tecidos desta Corte

1810

<i>Seitas de cores com os seus sortimentos de pellos e tramas abaixo declaradas</i>		
<i>Escarlata fino para gorgoros</i>		<i>1/2</i>
<i>Carminho fino</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de ouro fino</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Rosa fina sortida</i>		<i>1/2</i>
<i>Trampo fino</i>		<i>1/2</i>
<i>Azul ferrete D.</i>		<i>1/2</i>
<i>Dito doo D.</i>		<i>1/2</i>
<i>Dito miud cor</i>		<i>1/2</i>
<i>Azul claro sortido</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Verde</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Verde torrada</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Verde Claro</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Verde mais Claro</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Lavanda</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Castanha</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Fungo</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Ghibe</i>		<i>1/2</i>
<i>Amarillo</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Corua</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Chumbo</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Chumbo mais claro</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Cinza</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Cinza Clara</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Canella</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Canella mais clara</i>		<i>1/2</i>
<i>Cor de Nipole</i>		<i>1/2</i>
<i>Branco cor de perola sortida</i>		<i>3</i>
<i>Dito luteo</i>		<i>1</i>
<i>Preto</i>		<i>8</i>
<i>Algodão em nome sortimentos de pellos e tramas</i>		<i>27 1/2</i>
		<i>45 1/2</i>
<i>Total</i>		<i>73 0</i>

Anexo E – Escrito sobre vinda de chineses no navio Tamerlão (1811)

Remeto a carta inclusa q' he escrita. Toa-
 quimo Soares Sabino, a qual ja a recebi abri-
 ta p'or J. A. D. Remeto a Guiza do degradado
 que da Bahia vem p' a India



Chegou o Desembarque Tamerlão por
 onde mandou o Conde dos Arcos os Chineses
 que vierão de Macau. Mandou o Sr. Freixo
 avisar logo o Comandante q' que me
 venha falar aqui a casa do Desembarque
 arhe ao meu dia, e não me achando
 que venha ao 8th da noite, e em
 ultimo caso, que venha a Malta por-
 cos com os Chineses e Caixas de plantas

amanha quinta por pela 8th da manha
 eu espero a sua resposta

Casa do Desembarque hoje 4^{to} por

Seu Amigo